DF DIÁRIO OFICIAL

Brasília, 12 de julho de 1988

ANO XIII — Nº 130

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR 1
GABINETE CIVIL 2
SECRETARIA DO GOVERNO 2
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO .. 3
SECRETARIA DE FINANÇAS 4
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 4
SECRETARIA DE SAÚDE 4
SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS 8
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS ... 8
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 8
SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO 10
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 10
SECRETARIA DA CULTURA 11
SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMOS 11
SECRETARIA DO TRABALHO 11
SECRETARIA EXT. DOS ASSUNTOS DE HABITAÇÃO 11
PROCURADORIA GERAL 12
TRIBUNAL DE CONTAS 12
ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 16
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES.. 18

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 11.156 DE 01 DE JULHO DE 1988

Homologa a Decisão nº 149/87, do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo, 20 inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.013.989/87,

DECRETA:

Art. 1º — Fica homologada a Decisão nº 149/87, do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente, que aprovou a nível de estudo preliminar a proposta de criação de áreas para Sedes de Partidos Políticos e Representações Estaduais, localizadas em terrenos situados entre os Anexos dos Ministérios Sul e o Setor de Embaixadas Sul, Região Administrativa de Brasília, RA-I;

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 01 de julho de 1988

100º da República e 29º de Brasília

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984 e, considerando o que consta do Processo nº 054.003.089/88,

RESOLVE:

Reformar, **ex-officio**, o Soldado PM — LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos proporcionais ao tempo de serviço e gratificações incorporáveis a que fizer jus, acrescidos do adicional de inatividade, nos termos dos artigos 49; 94, inciso VI, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984; artigo 13, inciso IV, alínea **b**, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.477, de 01 de dezembro de 1977 e, de acordo com o disposto nos artigos 93, itens 1, 3 e 4, este último acrescido pela Lei nº 7.609, de 06 de julho de 1987, 94, itens 1 e 2; 96, item 2; 99, Parágrafo único; 103, itens 1 e 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970 e, artigo 107, desta Lei, com a redação e os novos percentuais fixados pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido considerado incapaz de permanecer no serviço ativo da Corporação, conforme julgamento do Conselho de Disciplina.

Brasília, 11 de julho de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984 e, considerando o que consta do Processo nº 054.003.068/88,

RESOLVE:

Reformar, **ex officio**, o Primeiro-Sargento PM-DIMAS JOSÉ RIBEIRO, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação com proventos proporcionais ao tempo de serviço, acrescidos das gratificações incorporáveis a que fizer jus e adicional de inatividade, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso VI e 99, inciso I, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984 e, de acordo com os artigos 93, itens 1 e 3; 94, itens 1 e 2; 96, item 2; 99, Parágrafo único; 103, itens 1 e 2, Parágrafo único, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970 e, o artigo 107, desta Lei, com a redação e os novos percentuais fixados pelo inciso III, do artigo 5º, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço da Corporação, podendo prover os meios de subsistência.

Brasília, 11 de julho de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984 e, considerando o que consta do Processo nº 054.003.069/88,

RESOLVE:

Reformar, **ex officio**, o Soldado PM — JÚLIO GOMES SOBRINHO, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos proporcionais ao tempo de serviço e gratificações incorporáveis a que fizer jus, acrescidos do adicional de inatividade, nos termos dos artigos 49; 94, inciso VI, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984; artigo 13, inciso IV, alínea **b**, Parágrafo 2º, da Lei nº 6.477, de 01 de dezembro de 1977 e, de acordo com o disposto nos artigos 93, itens 1, 3 e 4, este último acrescido pela Lei nº 7.609, de 06 de julho de 1987; 94, itens 1 e 2; 96, item 2; 99, Parágrafo único; 103, itens 1 e 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970 e, artigo 107, desta Lei, com a redação e os novos percentuais fixados pelo artigo 5º, inciso III, da Lei nº 7.412, de 06 de dezembro de 1985, por ter sido considerado incapaz de permanecer no serviço da Corporação, conforme julgamento do Conselho de Disciplina.

Brasília, 11 de julho de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o Parágrafo único do artigo 88, do Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 7.479, de 02 de junho de 1986 e, considerando o que consta do Processo nº 325.022/82,

RESOLVE:

Reformar, **ex officio**, o Primeiro-Sargento BM, da Reserva Remunerada — LEVY DOS SANTOS, do Corpo de

Bombeiros do Distrito Federal, a contar de 22 de setembro de 1987, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de Segundo-Tenente BM acrescidos de gratificação e indenizações incorporáveis a que fizer jus, nos termos dos artigos 88, inciso II; 95, inciso II; 97, inciso V e, 99, Parágrafos 1° e 2°, alínea **b** e Parágrafo 5°, do Estatuto dos Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, aprovado pela Lei n° 7.479, de 02 de junho de 1986, e de acordo com o artigo 95, inciso II, da Lei n° 5.906, de 23 de junho de 1973; e ainda, os artigos 92, incisos I, III, IV e V; 94, incisos I e II; 103, Parágrafo único; 107, incisos I e II, alínea **b** e inciso III, desta Lei, com a redação dada pela Lei n° 7.435, de 19 de dezembro de 1985, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, sem poder prover os meios de subsistência, e contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

Brasília, 11 de julho de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal
JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 11 DE DE JULHO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 81, da Lei n° 7.288, de 18 de dezembro de 1984 e, considerando o que consta do Processo n° 054.003.107/88,

RESOLVE:

Reverter ao respectivo Quadro, o Segundo-Tenente PM- CONSTANTINO DA SILVA BARBOSA, do Quadro de Oficiais Policiais-Militares de Administração da Polícia Militar do Distrito Federal, a contar de 02 de maio de 1988, nos termos do artigo 80, da Lei n° 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por haver cessado o motivo que determinou a sua agregação.

Brasília, 11 de julho de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1988

GO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o artigo 81, da Lei n° 7.289, de 18 de dezembro de 1984 e, considerando o que consta do Processo n° 054.003.107/88,

RESOLVE:

Reverter ao respectivo Quadro, o Primeiro-Tenente PM — ANTONIO PILICÉRIO FILHO, do Quadro de Oficinas Policiais-Militares de Administração da Polícia Militar do Distrito Federal, a contar de 02 de maio de 1988, nos termos do artigo 80, da Lei n° 7.289, de 18 de dezembro de 1984, por haver cessado o motivo que determinou a sua agregação.

Brasília, 11 de julho de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 11 DE JULHO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei n° 3.751, de 13 de abril de 1960 e, considerando o que consta do Processo n° 325.014/82,

RESOLVE:

Alterar o Decreto de 06 de fevereiro de 1984, que reformou, **ex-offcio**, o Primeiro-Sargento BM da Reserva Remunerada — JORGE RIBEIRO MENDES, para considerá-lo reformado desde 09 de dezembro de 1983, na mesma graduação, com proventos calculados com base no soldo de Subtenente BM, acrescidos das gratificações incorporáveis a que fizer jus, auxílio-invalidez e adicional de inatividade, nos termos dos artigos 50, incisos II e III, alínea **h**, Parágrafo Único, alínea **c**; 96; 97, inciso II; 99, inciso V, da Lei n° 6.022, de 03 de janeiro de 1974, e de acordo com os artigos 92, incisos I, II e III; 94, incisos I e II; 102; 103, incisos I e II, Parágrafo único; 106, inciso II, Parágrafo 4°, da Lei n° 5.906, de 23 de julho de 1973, e artigo 107, inciso II, desta Lei, com a nova redação dada pelo Decreto-Lei n° 1.716, de 21 de novembro de 1979, por ter sido considerado incapaz para todo e qualquer serviço sem poder prover os meios de subsistência, necessitando de cuidados permanentes de enfermagem ou hospitalização, contando mais de 30 anos de serviço e em atendimento à diligência proposta pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Brasília, 11 de julho de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

DESPACHOS

PROCESSO N° 030.008080/88
INTERESSADO: DELMA NOGUEIRA MOTA
ASSUNTO: Afastamento do País

Nos termos dos Pareceres do Senhor Secretário da Educação (fls. 03) e do Chefe do Gabinete Civil Substituto (fls. 04), autorizo, obedecidas as normas legais e regulamentares.

Brasília, 07 de julho de 1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO N° 092.002.646/88
INTERESSADO: ADALETE FIGUEREDO MACHADO
ASSUNTO: Afastamento do País

Nos termos dos Pareceres dos Senhores Secretário de Serviços Públicos (fls. 17) e do Consultor Jurídico (fls. 18/19/19v), autorizo, obedecidas as normas legais e regulamentares.

Brasília, 07 de julho de 1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO N° 082.007043/87
INTERESSADO: ROSALINA MARIA SALES CHIANCA
ASSUNTO: Afastamento do País

Nos termos da Resolução n° 2.386/88 do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal e do Parecer do Senhor Secretário da Educação (fls. 42), autorizo, obedecidas as normas legais e regulamentares.

Brasília, 07 de julho de 1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

PROCESSO N° 082.003435/85
INTERESSADO: ANA CRISTINA PELÚCIO SILVA DE MACEDO
ASSUNTO: Afastamento do País

Nos termos da Resolução n° 2.387/88 do Conselho Diretor da Fundação Educacional do Distrito Federal (fls. 73/74) e do Parecer do Sr. Secretário de Educação (fls. 75), autorizo, obedecidas as normas legais e regulamentares.

Brasília, 07 de julho de 1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Governador do Distrito Federal
Substituto

GABINETE CIVIL

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JULHO DE 1988

O SUBCHEFE PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIV, artigo 30, do Decreto n° 7.857, de 11 de janeiro de 1984, com a redação dada pelo Decreto n° 11.069, de 30 de março de 1988,

RESOLVE:

Mandar cessar o pagamento da Gratificação pela Representação de Gabinete, concedida a servidora SILVANA NETTO AMANDIO, matrícula n° 28.760-1, pelo encargo de Oficial de Gabinete.

PAULO LEITE DE LACERDA

SECRETARIA DO GOVERNO

PORTARIA DE 05 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3°, alínea "b", do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR nos termos do artigo 1°, item I do artigo 2°, do Decreto n° 5.004 de 20 de dezembro de 1979, LEVY GONÇALVES COELHO, Administrador, Código NS-715.C, Referência NS-19, matrícula n° 05.169-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir HELENICE ROCHA DE OLIVEIRA, Coordenadora do Sistema de Modernização Administrativa, Código DAS-101.4, da Secretaria do Governo do Distrito Federal, no período

DE DIÁRIO OFICIAL
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Diretor Responsável:
Wanderley Diniz
Editor:
Antonio Castelo Branco
Conselho Diretor:
Cezar Bado — Clemente Luz
e
Osvaldo Peralva
Telefones:
Redação: (direto) 225-7803
PABX: 225-6830 — Ramal 312

MATÉRIA PAGA:

Página Inteira..... Cz$ 49.332,00
Centímetro de Coluna..... Cz$ 411,10

de 11.07 a 09.08.88, Por motivo de férias da titular.

Brasília, 05 de julho de 1988

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS

Coordenação do Sistema de Planejamento

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1988

O COORDENADOR DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 002/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR AFONSO FERREIRA MENDONÇA, Mestre de Obras Civis, Código Art-504.S, matrícula nº 16.232-9, Referência NM-30, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir a Chefe da Seção de Expediente, Código LT--DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, da titular, no período de 11.07 a 09.08.88.

Brasília, 05 de julho de 1988

GLAUCO ALVES LACERDA

Coordenação da Administração Regional

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE JULHO DE 1988

O COORDENADOR DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "b", da Portaria nº 002/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR NEUSA SANTOS MENDONÇA, Auxiliar Operacional de Serviços Diversos, Código NM-806.A, Referência NM-04, matrícula 25.701-X, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir o Chefe da Seção de Expediente, Código LT-DAI-111.3, da Coordenação da Administração Regional, da Secretaria do Governo do Distrito Federal no período de 11.07.88 à 09.08.88, por motivo de férias do titular.

Brasília, 05 de julho de 1988

VITAL DE MORAES ANDRADE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 20 DE JUNHO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 2º do Decreto nº 3.857/77, de 19 de setembro de 1977,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor JOSÉ DOS SANTOS, Motorista Oficial, matrícula nº 25.125-9, prestar serviços extraordinários, até o limite máximo de 42 (quarenta e duas) horas mensais, no período de 10 a 30 de junho de 1988.

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA
Substituto

PORTARIA DE 01 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 218, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.002.137/87,

RESOLVE:

Designar as funcionárias MARIA ELMA MIRANDA NUNES, matrícula nº 18.123-4, MARIA CLARICE AGUIAR OLIVEIRA, matrícula nº 76.418-3 e ALDINEAS DIAS LEMOS, matrícula nº 06.136-0, para, sob a presidência da primeira, constituirem Nova Comissão de Processo Administrativo, incumbida de concluir o presente processo.

Brasília, 1º de julho de 1988

SALVANDIR FERREIRA DE LIMA

Substituto

Divisão de Administração Geral

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MARIA DAS GRAÇAS CONRADO DIAS, Motorista Oficial, matrícula 21.608-9, Código LT-TP-601, Classe "C", Ref. NM-24, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOAQUIM VIEIRA SANTANA, Chefe da Seção de Transportes da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Administração, matrícula 24.657-3, Código LT-DAI-111.3, por motivo de férias, no período de 04/07 à 02/08/88.

Brasília, 29 de junho de 1988

RONALDO DE OLIVEIRA

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I, do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MOACI BESERRA DE CARVALHO, Agente Administrativo, matrícula 17.472-2, Código SA-401, Classe "S", Ref. NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir FRANCISCO DE ASSIS FERNANDES, Chefe da Seção de Comunicação Administrativa da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Administração, matrícula 15.109-2, Código DAI-111.3, por motivo de férias, no período de 04/07 à 02/08/88.

Brasília, 29 de junho de 1988.

RONALDO DE OLIVEIRA

Departamento de Administração de Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JULHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e Parágrafo único, do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de fevereiro de 1982, MARIA RITA ROCHA DE SOUZA BATISTA, Agente de Portaria, matrícula nº 26.400-8, Código LT-TP-602, Classe "A", Referência NM-02 da Tabela de Pessoal do DF, para substituir HELEUSA HELENA BELO, Chefe da Seção de Medicina, Higiene e Segurança do Trabalho, matrícula nº 23.059-6, Código LT-DAI-111.3 por motivo da mesma estar substituindo a Chefe da Seção de Benefícios-DA/DAP, no período de 21.07 a 09.08.88.

Brasília-DF., 11 de julho de 1988

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 11 DE JULHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 52/SEA, de 29 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I, do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, HELEUSA HELENO BELO, Agente Administrativo, matrícula nº 23.059-6, Classe C, Referência NM-27, Código SA-401, da Tabela de Pessoal do DF, para substituir CÉLIA PEREIRA DE SOUZA, Chefe da Seção de Benefícios da Divisão de Assistente — DAP-SEA, matrícula nº 26.849-6, Código LT-DAI-111.3, por motivo de férias, no período de 21.07 a 09.08.88.

Brasília, 11 de julho de 1988

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE JULHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA, nos termos dos artigos 176, item II, e 178, item I, letra "a", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, combinados com os artigos 5º, § 1º, do Decreto-lei nº 1.776, de 17 de março de 1980, 1º e 4º do Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985, 1º do Decreto-lei nº 2.269, de 13 de março de 1985, e 1º, § 1º, alínea "e", do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987, observados os artigos 101, item III, Parágrafo único, e 102, item I, alínea "a", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Assistente Social, Código NS-721.S, Referência NS-21, a REJANE PACHECO GADELHA, matrícula nº 00.933-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens previstas no artigo 2º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 087/88 DE 30 DE JUNHO DE 1988

A SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, Parágrafo único, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e Parágrafo 3º do artigo 8º, do

Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, alterado pelo Decreto nº 6.608, de 09 de dezembro de 1982, CARLOS AUGUSTO DE ALMEIDA, Assistente, matrícula 358-1, Código LT.DAI.112.3S, Classe "B", Referência NM-18, da TEP/IDR, para substituir VERA MARIA RAMOS PEREIRA, Chefe do Núcleo de Comunicação Social, matrícula 390-5, Código LT-DAS.101.2, por motivo de férias, no período de 04. a 23.07.88.

Brasília-DF, 30 de junho de 1988

JÚNIA DE OLIVEIRA FERREIRA GONTIJO CÉSAR

SECRETARIA DE FINANÇAS

PROCESSO Nº: 020.000.555/87
INTERESSADO: IBM BRASIL — INDÚSTRIA MÁQUINAS E SERVIÇOS LTDA

Tendo em vista os elementos constantes do presente processo e nos termos do artigo 87 do Decreto nº 10.974, de 31.12.87, Reconheço a dívida aqui referida, no valor de Cz$ 7.548,64 (sete mil quinhentos e quarenta e oito cruzados e sessenta e quatro centavos), em favor da IBM do Brasil — Indústria, Máquinas e Serviços Ltda, correndo a despesa à conta do elemento 3.1.9.2 — Despesas de Exercícios Anteriores, do orçamento desta Secretaria.

Publique-se e encaminhe-se o presente ao Departamento da Despesa para as providências de sua alçada.

Brasília, 23 de junho de 1988

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
Secretário de Finanças

PROCESSO Nº: 050.000990/88
INTERESSADO: TULIO RORIZ FERNANDES

Tendo em vista os elementos constantes do presente processo e nos termos do artigo 87 do Decreto nº 10.974, de 31.12.87, Reconheço a dívida aqui referida, no valor de Cz$ 152.579,39 (cento e cinqüenta e dois mil, quinhentos e setenta e nove cruzados e trinta e nove centavos), em favor de TÚLIO RORIZ FERNANDES, correndo a despesa à conta do elemento 3.1.9.2 — Despesas de Exercícios Anteriores, do orçamento da Secretaria de Segurança Pública.

Publique-se e encaminhe-se o presente àquela Pasta para as providências de sua alçada.

Brasília, 23 de junho de 1988

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
Secretário de Finanças

Divisão de Administração Geral

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR DA DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 001/83/SEF, de 04 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, LUIZA RODRIGUES BARROS, Agente Administrativo, matrícula 11.845-1, Código SA.401, Classe "S", Referência NM-31, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir MARINA APARECIDA DE SOUZA, Chefe da Seção de Comunicação Administrativa/DAG/SEF, matrícula 23.993-3, Código DAI.111.3.M, por motivo de licença gestante, a partir de 04 de julho a 25 de setembro de 1988.

Brasília, 29 de junho de 1988.

ONÉSIMO NOGUEIRA FILHO

Departamento da Receita

ORDEM DE SERVIÇO DE 28 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "a", da Portaria nº 001/83/SEF de 04 de janeiro de 1983 e tendo em vista o disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DISPENSAR, a partir de 01.07.88, PEDRO KATSUHIRO NAKASHOJI, Auditor Fiscal do Tesouro do DF, matrícula nº 07.861-1, Classe Especial, Padrão III da função de Chefe da Seção de Julgamento I da Divisão de Tributação do Departamento da Receita/SEF, Código DAI-111.3-S da Divisão de Tributação do Departamento da Receita/SEF.

Brasília, 28 de junho de 1988

FRANCISCO LUCAS FURTADO MAGALHÃES

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DA RECEITA/SEF, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "a", da Portaria nº 001/83/SEF de 04 de janeiro de 1983 e tendo em vista o disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir de 1º de julho de 1988, MAURIN ALMEIDA FALCÃO, Auditor Fiscal do Tesouro do Distrito Federal, matrícula 25.213-1, 3ª Classe, Padrão IV, para exercer a função de Assistente, Código DAI-112.3-S, da Divisão de Apoio Fiscal do Departamento da Receita da Secretaria de Finanças.

Brasília, 29 de junho de 1988.

FRANCISCO LUCAS FURTADO MAGALHÃES

Coordenação do Sistema de Contabilidade

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JUNHO DE 1988

O COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTABILIDADE, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 001/83/SEF, de 04 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item 1 do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, JURANDIR FERREIRA DA CRUZ, Técnico em Contabilidade, matrícula 28.616-8, Código NM-816-A, Classe "A", Referência 17, da Tabela de Pessoal do GDF, para substituir ANA DE SOUZA MACHADO, Chefe da Seção de Contabilidade Orçamentária DC/CSC-SEF, matrícula 22.382-4, Código DAI-111.3-M, por, estar substituindo o Diretor da Divisão de Contabilidade CSC/SEF, de 04 de julho a 02 de agosto de 1988.

Brasília, 29 de junho de 1988.

MOYSÉS CARVALHO DE SANT'ANA

ORDEM DE SERVIÇO DE 29 DE JUNHO DE 1988

O COORDENADOR DO SISTEMA DE CONTABILIDADE, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 1, alínea "b", da Portaria nº 001/83/SEF, de 04 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, ANA DE SOUZA MACHADO, Chefe da Seção de Contabilidade Orçamentária, matrícula 22.382-4, Código DAI-111.3-M, Classe "S", Referência 31, da Tabela de Pessoal do GDF, para substituir HÉLIO TEIXEIRA SOARES, Diretor da Divisão de Contabilidade — CSC/SEF, matrícula 19.882-X, Código DAS-101.2, por motivo de férias relativas ao exercício de 1988, no período de 04 de julho a 02 de agosto de 1988.

Brasília, 29 de junho de 1988

MOYSÉS CARVALHO DE SANT'ÁNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA DE 04 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR ZULEIDE NEVES VITAL, Diretora da Divisão de Orientação e Assistência-DIE, Código DAS-101.2, matrícula nº 04.442-3, para substituir JÚLIO GREGÓRIO FILHO, Diretor do Departamento de Inspeção do Ensino, da Secretaria de Educação, Código DAS-101.4, por motivo de férias regulamentares no período de 04 de julho a 02 de agosto de 1988.

Brasília, 04 de julho de 1988.

FABIO VIEIRA BRUNO

SECRETARIA DE SAUDE

PORTARIA DE 06 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 1º de agosto de 1984,

RESOLVE:

DISPENSAR MARIA DA GRAÇA DE TEIVE ARGOLO E SÁ, matrícula nº 27.042-3, da Função de Assessoramento Superior — FAS, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, a partir de 04.07.88.

Brasília, 06 de julho de 1988

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA

Instituto de Saúde do Distrito Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-ISDF, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

RESCINDIR a pedido, o Contrato de Trabalho de MARCOS ANTONIO DE MORAIS, matrícula nº 402, Código LT-NM-806, Classe B, Ref. 13 da TP/ISDF, a partir de 03 de junho de 1988.

Brasília -DF, 27 de junho de 1988

MARCUS JOSÉ VIANA GADELHA

Fundação Hospitalar do Distrito Federal
Conselho Deliberativo

RESOLUÇÃO Nº 02/88-FHDF

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, em sua 1.013ª Sessão Ordinária, no uso das atribuições que lhe confere as alíneas "b", e "c", do artigo 14 do Estatuto da Entidade, tendo em vista o disposto no Decreto nº 10.352, de 28 de abril de 1987 e o que consta do Processo nº 020.000.135/87-PRG,

RESOLVE:

1 — Fica criado o Instituto de Saúde Mental, órgão de direção superior, diretamente subordinado ao Diretor Executivo da FHDF.

2 — Fica aprovado o Regimento do Instituto de Saúde Mental que a esta acompanha (Anexo (Anexo I)

3 — Ficam criados na Tabela de Empregos em Comissão da Fundação Hospitalar do Distrito Federal — parte relativa ao Instituto de Saúde Mental, os Empregos em Comissão constantes do Anexo II.

4 — Os empregos permanentes necessários às atividades do Instituto de Saúde Mental são os constantes do Anexo III.

4.1 — A lotação dos empregos permanentes de que trata este item, no Instituto de Saúde Mental, pertence à Tabela de Empregos Permanentes da FHDF.

5 — Os empregos permanentes relacionados ao Anexo III, não previstos na Tabela de Empregos Permanentes da FHDF, deverão ser criados pela mesma.

5.1 — O preenchimento dos empregos permanentes a que se refere este item fica condicionado à existência de recursos orçamentários previamente definidos pela Coordenação do Sistema de Orçamento da Secretaria do Governo.

6 — Fica o Diretor Executivo da FHDF responsável pelo acompanhamento e controle do disposto nesta Resolução.

7 — As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução serão atendidas por dotações orçamentárias próprias da FHDF.

8 — Esta Resolução entrará em vigor após homologação pelo Governador do Distrito Federal, ficando revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 07 de junho de 1988

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA; OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES; ALBERTO FELIPPI BARBOSA; ANTONIO MARCIO JUNQUEIRA LISBÔA; GERALDO RODRIGUES GUIMARÃES; HURANDIR MESQUITA MOTTA; RÔMULO SULZ GONSALVES

ANEXO I

REGIMENTO DO INSTITUTO DE SAÚDE MENTAL

DAS COMPETÊNCIAS BÁSICAS E DA ESTRUTURA

Art. 1º — O Instituto de Saúde Mental — ISM, órgão integrante da estrutura orgânica da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, diretamente subordinado à Diretoria Executiva, criado de acordo com o Decreto nº 10.352, de 28 de abril de 1987, tem como objetivo:

I — atender por meio de terapias médica, psicológica, familiar, social e ocupacional;

II — desenvolver treinamento na área de recursos humanos em saúde mental, em articulação com outros órgãos da Administração do Distrito Federal;

III — promover a ressocialização através de um ambiente terapêutico que sirva de ligação entre o paciente, família, trabalho e sociedade;

IV — disseminar o uso prático de métodos alternativos através de formação de profissionais especializados, possibilitando o desenvolvimento de novas abordagens terapêuticas;

V — estimular e viabilizar estudos e pesquisas na área de saúde mental.

Art. 2º — Para o exercício de suas competências básicas, execução de suas atividades específicas e cumprimento das atividades de administração geral o órgão de que trata este Regimento tem a seguinte estrutura orgânica:

Instituto de Saúde Mental
Secretaria

Divisão de Recursos Médico-Assistenciais

Seção de Diagnose e Terapia
Seção de Pesquisa
Seção de Informação para Saúde
Divisão de Administração Geral
Seção de Pessoal
Seção de Serviços Gerais

CAPÍTULO I
DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ESPECÍFICAS

Art. 3º — À Divisão de Recursos Médico-assistenciais, órgãos diretivo, diretamente subordinado ao Diretor Geral do Instituto, compete:

I — dirigir, coordenar e controlar a execução das atividades técnicas na prestação de serviço de saúde mental;

II — elaborar projetos e programas de pesquisas, conjuntamente com a Diretoria do Instituto ou em convênio com entidades públicas e privadas;

III — promover eventos científico-culturais que proporcionem o desenvolvimento técnico do Instituto;

IV — manter a Diretoria do Instituto informada, através de relatórios, do desempenho técnico-científico obtido;

V — propor à Diretoria do Instituto, implementação de programas que visem a ressocialização dos pacientes;

VI — manter o inter-relacionamento com a Divisão de Administração e unidades congêneres, para melhor desenvolver os trabalhos do Instituto;

Art. 4º — À Seção de Diagnose e Terapia, órgão executivo diretamente subordinado à Divisão de Recursos Médico-assistenciais, compete,

I — gerenciar as equipes multiprofissionais que lhe forem subordinadas;

II — acompanhar os planos terapêuticos, visando estabelecer meios e métodos para oferecer ao paciente a oportunidade de tornar-se útil;

III — fazer o diagnóstico individual do paciente;

IV — selecionar, através de avaliação diagnóstica multidisciplinar, pacientes que devam ser tratados no Instituto;

V — proceder, a avaliação e revisão periódica dos pacientes, individualmente e em reunião do grupo de terapias;

VI — organizar a documentação clínico-psiquiátrica dos pacientes;

VII — registrar os dados de suas atividades diárias, em prontuário próprio;

VIII — organizar grupo de atividades gerais, específica e recreativa, utilizando as condiçoes mantidas pela Seção de Serviços Gerais;

IX — promover os meios necessários para o desempenho de atividades ligadas à agropecuária, esporte, lazer e cultura como terapia ocupacional de acordo com as aptidões e capacidade física de cada paciente, visando a ressocialização do mesmo;

X — propor encaminhamento e alta de pacientes.

Art. 5º — À Seção de Pesquisa, órgão executivo diretamente subordinado à Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, compete;

I — gerenciar os programas anuais de trabalho;

II — promover reciclagem interdisciplinar de pessoal no âmbito das necessidades do Instituto e do sistema de saúde mental da FHDF;

III — propor e desenvolver pesquisas permanentes e temporárias, que sirvam de suporte técnico-científico para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas na área de saúde mental;

IV — manter cadastro e intercâmbio com instituições congêneres e complementares, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, pesquisadores isolados e comunidades específicas, atuantes na área de saúde mental;

V — documentar, mediante recursos cine-audiovisuais, gráficos, fotográficos e outros meios de informação na área de saúde mental;

VI — editar informativo técnico, para divulgação no meio governamental, privado e comunitário;

VII — editar ou co-editar estudos, teses, pesquisas e trabalhos teóricos ou práticos, concernentes à saúde mental;

VIII — receber, registrar, classificar, catalogar, guardar e conservar o acervo bibliográfico;

IX — operacionalizar o sistema audiovisual;

X — articular-se com o CEDRHUS-DRH, visando a capacitação dos profissionais da área de saúde mental;

XI — coligir, classificar e guardar os textos documetários, elementos estatísticos e dados discriminativos referentes as atividades do Instituto.

Art. 6º — À Seção de Informação para Saúde, órgão executivo, diretamente subordinado à Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, compete:

I — matricular paciente;

II — marcar e controlar os atendimentos;

III — arquivar, desarquivar, conservar e controlar os registros clínicos;

IV — proceder revisão periódica dos Registros clínicos;

V — receber, ordenar e anexar laudos nos Registros Clínicos;

VI — receber, coletar, processar e fornecer dados estatísticos;

VII — codificar diagnósticos de acordo com a Classificação Internacional de Doenças;

VIII — manter arquivo nosológico;

XI — coletar dados estatísticos necessários à avaliação do desempenho profissional;

X — elaborar estatística mensal e o relatório anual do Instituto;

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES GERENCIAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Art. 7° — Ao Instituto de Saúde Mental — ISM, órgão de direção superior, diretamente subordinado à Diretoria Executiva da FHDF, além do que dispõe o artigo 1°, compete:

I — supervisionar e coordenar as atividades executadas pelos demais órgãos do Instituto;

II — orientar a elaboração dos planos e programas, com visão ampla, que reflita as reais necessidades da comunidade interna e externa;

III — supervisionar, controlar e orientar as atividades técnico-administrativas;

IV — articular-se com os demais órgãos da FHDF, do GDF e de outras Instituições, que mantenham relacionamento com o Instituto, para melhor desenvolvimento dos programas de sua competência;

V — divulgar, através dos meios de comunicação da Fundação e de outros, os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto;

VI — pronunciar-se quanto à execução, prorrogação ou renovação de contratos e convênios da Fundação com terceiros, para prestação de serviços de interesse do Instituto.

Art. 8° — À Secretaria, órgão executivo, diretamente subordinada ao Diretor Geral do Instituto, compete:

I — elaborar previsão, requisitar e registrar material para suprir as necessidades dos órgãos e o Instituto;

II — coletar, registrar e classificar atos oficiais, documentos e publicações de interesse;

III — registrar correspondências e expedientes recebidos e expedidos;

IV — organizar arquivos de documentos e correspondências;

V — arquivar cópias de atos e correspondências;

VI — manter atualizados quadros de avisos;

Art. 9° — À Divisão de Administração, órgão diretivo, diretamente subordinado ao Diretor Geral do Instituto, compete:

I — dirigir, coordenar e controlar a execução das atividades administrativas na prestação de serviços de saúde mental;

II — articular-se com a Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, e demais órgãos da FHDF, com vistas à homogeneização da política de pessoal;

III manter o inter-relacionamento com a Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, para melhor desenvolver os trabalhos do Instituto;

IV — manter o Diretor do Instituto informado, através de relatórios, sobre os dados administrativos inerentes às atividades executadas;

V — prestar apoio, através de suas unidades orgânicas, aos demais órgãos do Instituto, promovendo os meios necessários ao desempenho das atividades dos mesmos.

Art. 10 — À Seção de Pessoal, órgão executivo, diretamente subordinado à Divisão de Administração, compete:

I — manter registro funcional e financeiro;

II — controlar freqüência e comunicar faltas irregularidades de servidores;

III — emitir aviso de férias;

IV — anotar férias, licenças, contribuição sindical, e alteração salarial em carteira profissional;

V — registrar e controlar apólice de seguro fidelidade;

VI — processar a concessão ou cancelamento de salário família;

VII — emitir declaração funcional e financeira;

VIII — distribuir declaração de imposto de renda;

IX — comunicar importância indevidamente creditada a servidores;

X — coligir dados sobre folha de pagamento.

Art. 11 — À Seção de Serviços Gerais, órgão executivo, diretamente subordinado a Divisão de Administração, compete:

A — Em atividades de Material, Patrimônio e finanças:

I — requisitar material ao Almoxarifado Central;

II — receber, conferir, registrar, armazenar e distribuir material:

III — controlar os estoques máximo e mínimo por centro de custo;

IV — comprar materiais em caráter de emergência em que dispensem licitações;

V — comunicar a existência de material inservível, obsoleto, em desuso e quebra;

VI — acompanhar e orientar as comissões de inventários;

VII — fiscalizar a utilização dos bens móveis do ISM e de terceiros;

VIII — fiscalizar operações concernentes aos bens patrimoniais móveis e imóveis do ISM e de terceiros;

IX — fiscalizar e comunicar processos concernentes o furto, desaparecimento, reposição e ressarcimento de bens patrimoniais e de terceiros;

X — procesar, expedir e encaminhar o faturamento dos serviços prestados;

XI — apresentar mapa de faturamento por convênio de acordo com as especificações da receita e centros de custo;

XII — fiscalizar o cumprimento das normas vigentes, nas áreas concernentes ao material, patrimônio e finanças;

XIII — manter relacionamento com órgãos congêneres dos Hospitais e da Administração Central, para melhor desenvolver os trabalhos do Instituto.

B — Em atividades de Manutenção e Transportes, Limpeza, Conservação, Vigilância e Portaria:

I — controlar e fiscalizar o funcionamento dos equipamentos, instalações elétricas, hidráulicas, de ar condicionado e outros;

II — providenciar obras e reparos em geral;

III — encaminhar material e equipamentos para recuperação;

IV — controlar o uso, a movimentação e abastecimento de viaturas;

V — registrar e promover apuração de ocorrência com viaturas;

VI — organizar e manter atualizado o registro de viaturas;

VII — encaminhar viaturas para revisão e/ou recuperação;

VIII — fiscalizar e manter a limpeza e conservação de todas as dependências do Instituto;

IX — exercer e fiscalizar a vigilância do Instituto;

X — atestar a prestação de serviços executados pelas firmas contratadas;

XI — fiscalizar o trânsito de pessoal e material.

C — Em atividades de Controle e Distribuição de Documentos:

I — formar, receber, expedir, registrar, distribuir e arquivar processos e correspondências;

II — controlar a movimentação de documentos;

III — manter atualizado fichário por ordem numérica e alfabética de procedência e assuntos;

IV — prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

V — ordenar e encaminhar anualmente ao Arquivo Geral da FHDF, correspondência e documentos;

VI — manter sigilo concernentes às suas atividades.

CAPÍTULO III

DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES GENÉRICAS

Art. 12 — A todos os órgãos do Instituto, genericamente, compete:

I — executar serviços auxiliares necessários ao cumprimento de atividades próprias;

II — sugerir ou adotar medidas capazes de melhorar a execução das respectivas atividades;

III — elaborar e propor, à unidade a que estiverem subordinados, a sua programação técnico-administrativa anual;

IV — elaborar os atos relativos as suas respectivas competências;

V — manter e conservar o material permanentes necessário a seus serviços;

VI — promover o desenvolvimento dos seus recursos humanos.

TÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DOS TITULARES DE UNIDADES ORGÂNICAS E DOS DEMAIS OCUPANTES DE EMPREGO EM COMISSÃO

Art. 13 — Ao Diretor Geral do Instituto, diretamente subordinado ao Diretor Executivo da FHDF, cabe o desempenho das seguintes atribuições:

I — despachar com o Diretor Executivo e Diretores dos órgãos sistêmicos da FHDF;

II — supervisionar e coordenar as atividades do Instituto, cumprindo e fazendo cumprir normas e rotinas;

III — delegar competência;

IV — assinar atos de sua competência;

V — propor elogio e aplicar penas disciplinares a servidores;

VI — baixar normas, rotinas e regulamentos internos;

VII — propor admissão e dispensa de servidores;

VIII — aprovar ou alterar escalas de férias e serviço;

IX — autorizar a movimentação de pessoal no âmbito do Instituto;

X — promover a apuração de irregularidades;

XI — criar e participar de comissões;

XII — propor designação ou dispensa de ocupantes de Emprego em Comissão;

XIII — convocar reuniões;

XIV — elaborar e apresentar relatórios de atividades nos prazos fixados.

Art. 14 — Aos Diretores, diretamente subordinados ao Diretor Geral, cabe o desempenho das seguintes atribuições genéricas:

I — auxiliar e despachar com o Diretor do Instituto;

II — executar as competências delegadas;

III — assinar atos de sua competência;

IV — propor elogio e aplicar penas disciplinares a servidores que lhes são subordinados;

V — cumprir e fazer cumprir normas e rotinas;

VI — convocar reuniões;

VII — avaliar a disciplina e desempenho de servidor;

VIII — elaborar previsão de pessoal e material;

IX — distribuir tarefas;

X — propor rotinas e regulamentos internos;

XI — aprovar escala de férias e serviço;

XII — adotar e propor melhorias dos serviços adequando-os ao bom desempenho das atividades.

Art. 15 — Aos demais chefes, cabe desempenhar as seguintes atribuições genéricas:

I — auxiliar e despachar com c superior imediato;

II — executar as competências delegadas;

III — assinar atos de sua competência;

IV — elaborar e apresentar relatórios de atividades nos prazos fixados e, eventualmente, quando solicitado;

V — propor escalas de férias e serviço;

VI — propor e executar medidas que visem o aperfeiçoamento e melhoria do serviço;

VII — cumprir e fazer cumprir as disposições regimentais;

VIII — orientar a execução das atividades de sua área;

IX — zelar pela ordem, disciplina e o bom andamento das atividades;

X — promover e participar de reuniões, propondo sugestões que visem a eficácia do serviço.

Art. 16 — Às Secretárias, cabe desempenhar as seguintes atribuições:

I — atender telefone;

II — recepcionar e encaminhar pessoas que procurem suas unidades;

III — executar serviços de datilografia;

IV — controlar agendas dos chefes imediatos;

V — atender com urbanidade a todas as pessoas que solicitem informações ou esclarecimentos.

Art. 17 — Ao Chefe da Secretaria, além das atividades constantes do artigo 16, cabe ainda:

I — orientar e controlar o desempenho das demais Secretarias;

II — distribuir ou redistribuir tarefas às demais Secretárias;

TÍTULO IV

DA DINÂMICA DO FUNCIONAMENTO E DO RELACIONAMENTO ORGÂNICO

Art. 18 — As unidades orgânicas do Instituto de Saúde Mental, executoras de atividades de administração geral são vinculadas técnica e normativamente aos órgãos centrais dos respectivos sistemas.

Art.. 19 — O Instituto de Saúde Mental tem como finalidade atuar na complementação das atividades terapêuticas desenvolvidas pelo Centro de Orientação Médico-Psicopedagógica, e Unidades de Internação de Psiquiatria da FHDF e atender às unidades conveniadas naquilo que determina os respectivos convênios.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 20 — O Diretor Geral do Instituto de Saúde Mental e demais titulares dos empregos em comissão, serão designados pelo Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Art. 21 — O Diretor Geral do Instituto de Saúde Mental terá como substituto eventual o Diretor da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais, designado pelo Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Art. 22 — Os demais titulares de emprego em comissão de direção e chefia, terão como substitutos, em seus impedimentos eventuais, servidores por eles indicados e designados pelo Diretor Geral do Instituto.

Art. 23 — Os ocupantes de emprego em comissão no Instituto, assinarão termo de responsabilidade por materiais permanentes e equipamentos sob sua guarda e conservação.

Art. 24 — O Diretor Geral do Instituto de Saúde Mental elaborará e executará junto aos órgãos e entidades da administração do Distrito Federal, convênios de cooperação técnica na área de saúde mental.

Art. 25 — O horário de funcionamento do Instituto, será fixado pelo Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, observada a legislação vigente.

Art. 26 — Aos servidores de qualquer categoria, incumbe:

I — cumprir o horário, as obrigações contratuais e demais atribuições inerentes à categoria funcional, consubstanciadas no Manual de atribuições;

II — manter-se no local de trabalho, ausentando-se somente em objeto de serviço ou quando solicitado;

III — executar as tarefas que lhes forem determinadas, de acordo com sua categoria funcional;

IV — zelar pelo patrimônio e instrumentais de trabalho, comunicando qualquer irregularidade;

V — conhecer as normas internas, regulamentos, portarias e o Regimento do Instituto;

VI — tratar com urbanidade os colegas e superior hierárquico;

VII — participar de comissões e reuniões, quando necessário.

Art. 27 — O trabalho extraordinário somente poderá ser prestado, quando autorizado pelo Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

Art. 28 — Os Empregos em Comissão de Diretor Geral e dos Diretores deverão ser preenchidos por pessoas portadoras de nível superior, respeitada a área de formação.

Art. 29 — Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento, serão examinados pelo Presidente da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, que os submeterá conselho Deliberativo.

Art. 30 — Ficam revogadas as diposições em contrário.

Brasília, 07 de junho de 1988

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA; OLYMPIO BANDEIRA DA SILVA CASCAES; ALBERTO FELIPPI BARBOSA; ANTONIO MARCIO JUNQUEIRA LISBÔA; GERALDO RODRIGUES GUIMARÃES; HURANDIR MESQUITA MOTTA; RÔMULO SULFZ GONSALVES.

ANEXO II

Quadro de distribuição dos empregos em Comissão criados na FHDF

ÓRGÃO	QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
Instituto de Saúde Mental	01	Diretor Geral	EC-02
Secretaria	01	Chefe da Secretaria	EC-26
	02	Secretária	EC-27
Divisão de Recursos Médico-Assistenciais	01	Diretor da Divisão de Recursos Médico-Assistenciais	EC-06
Seção de Diagnose e Terapia	01	Chefe da Seção de Diagnose e Terapia	EC-19
Seção de Pesquisa	01	Chefe da Seção de Pesquisa	EC-19
Seção de Informação para Saúde	01	Chefe da Seção de Informação para Saúde	EC-22
Divisão de Administração	01	Diretor da Divisão de Administração	EC-06
Seção de Pessoal	01	Chefe da Seção de Pessoal	EC-22
Seção de Serviços Gerais	01	Chefe da Seção de Serviços Gerais	EC-20

ANEXO III

Tabela de Empregos Permanentes da FHDF - parte relativa ao Instituto de Saúde Mental

QUANTIDADE	CATEGORIA FUNCIONAL	REFERÊNCIA
08	Médico Psiquiatra	CM-01
03	Médico Clínico	CM-01
04	Fisioterapêuta	NS-01
10	Psicólogo	NS-01
01	Farmacêutico	NS-01
15	Enfermeiro	NS-01
12	Auxiliar de Enfermagem	NM-17
07	A.O.S.D - Enfermagem	NM-01
07	A.O.S.D - Limpeza e Conservação	NM-01
07	Terapêuta Ocupacional	NS-01
14	Aux. Serv. Complementares - Terapêuta Ocupacional	NM-17
10	Assistente Social	NS-01
05	Aux. Serv. Complementares - Assistente Social	NM-17
01	Agente de Comunicação Social	NM-17
02	Nutricionista	NS-01
08	Aux. Serv. Complementares - Nutrição	NM-17
01	Bibliotecário	NS-01
02	Auxiliar de Biblioteca	NM-17
01	Agente de Cinefotografia	NM-14
20	Agente Administrativo	NM-17
04	Telefonista	NM-04
08	Motorista	NM-07
02	Artífice - Área de Alf. e Costura	NM-07
02	Artífice - Área de Marc. e Carpintaria	NM-07
02	Artífice - Área de Elet. e Comunicação	NM-07
02	Artífice - Área de Obras Civis	NM-07
05	Artífice Especializado	NM-13
02	Agente de Portaria	NM-01
165		

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

Fundação do Serviço Social

Conselho Deliberativo

RESOLUÇÃO Nº 043/88-CDL

Confere Voto de Louvor à Doutora Luiza Passos da Mota Brandão.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atrubuições regimentais e, conforme decisão na 872ª reunião,

RESOLVE:

Conferir Voto de Louvor à Drª LUIZA PASSOS DA MOTA BRANDÃO, extensivo ao Corpo Jurídico da Fundação de Serviço Social do Distrito Federal, por considerar altamente profissional, a forma como a mesma conduziu a Ação Judicial constante do Processo de nº 4593/87, da 4ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal.

Brasília, 16 de junho de 1988.

ADOLFO LOPES JAMES EDIN, CARLOS ALBERTO CAMARGO CAMPOS,GILBERTO GATTI,NILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA, SOÊMIA ROCHA MELLO SOUZA E EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO:

RESOLUÇÃO Nº 049/88-CDL

Aprova a Prestação de Contas da FSS DF relativa ao exercício de 1987.

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e , tendo em vista o que consta do Processo de nº 101.001.109/83-FSS/DF.,

RESOLVE:

Aprovar com base no parecer favorável do Colendo Conselho Fiscal, a Prestação de Contas da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, relativa ao exercício financeiro de 1987, de acordo com o disposto no Processo supracitado.

Brasília, 23 de junho de 1988.

JOSE ROBERTO LUGON; CARLOS ALBERTO CAMARGO CAMPOS; GILBERTO GATTI; NILTON RODRIGUES DE OLIVEIRA; EVARISTO LINHARES LIMA; SOÊMIA ROCHA MELLO SOUZA e EMMANUEL FRANCISCO MENDES LYRIO.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras

ORDEM DE SERVIÇO DE 07 DE JULHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretário através da Portaria nº 03 de 18 de fevereiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980, MANOEL ARAUJO PINTO, Engenheiro, Código LT-NS-710.C, Referência NS-17, matrícula 24.378-7, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a função de Chefe da Seção de Fiscalização I, Código DAI-111.3S, da Divisão de Fiscalização de Obras, do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal.

Brasília, 07 de julho de 1988.

WALKYRIA SANTOS PALHANO
Respondendo

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA DE 11 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

NOMEAR ANTÔNIO CARLOS MACÊDO, Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, matrícula nº 01.065-0, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-102.2, do Departamento de Concessões e Permissões da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal.

Brasília, 11 de julho de 1988
CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA
Respondendo

Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA — CEB
CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA DO DISTRITO FEDERAL
SEDE: SCS QUADRA 04 BLOCO A LOTES 106/136 — CP. 04.0054
CEP 70300 — BRASÍLIA-DF

DIRETRIZES PARA REAJUSTAMENTO

01 — A Companhia de Eletricidade de Brasília— CEB, elaborou estas Diretrizes atendendo ao contido no artigo 14, do Decreto nº 11.131, de 17 de junho de 1988, do Governo do Distrito Federal e as Diretrizes para Reajustamento de Preços do Comitê de Gestão Empresarial — COGE do Setor de Energia Elétrica.

02 -- Os documentos de contratação referentes ao fornecimento de materiais, obras ou serviços poderão conter cláusula de reajustamento de preços, desde que prevista no ato convocatório da licitação ou nos instrumentos que servirem de base para sua dispensa.

03 — O reajustamento será baseado em índices que reflitam a variação do custo de produção ou do preço dos insumos utilizados, ou índices setoriais ou regionais de custos e preços, ou na variação nominal da Obrigação do Tesouro Nacional — OTN.

04 — Os reajustamentos serão calculados da seguinte forma:

a) pela aplicação das diretrizes e fórmulas constantes dos itens 15 e 16, do mês imediatamente anterior ao da data de abertura das propostas até o mês imediatamente anterior ao da data contratual de ocorrência do evento gerador do faturamento ou cobrança:

b) entre o mês da data contratual de ocorrência do evento gerador do faturamento ou cobrança até o mês contratual de pagamento, desde que conste expressamente na proposta, pela fórmula abaixo;

$$R = \left[Po\left(\frac{OTNi}{OTNo}\right) - 1\right]$$

Onde:

R = Valor do reajuste.

Po = Preço já reajustado de acordo com a alínea "a".

OTNi = OTN vigente no mês do evento gerador do faturamento ou cobrança.

OTNo — OTN do mês imediatamente anterior à data contratual de ocorrência do evento gerador do faturamento ou cobrança.

05 — Sem prejuízo das penalidades contratuais correspondentes, quando houver atraso na execução da obra, do serviço, ou da entrega do material que não seja de responsabilidade da CEB, não serão reajustados os preços dos trabalhos executados em desacordo com o cronograma físico-financeiro inerente, bem como do fornecimento.

5.1 — A posterior recuperação do atraso verificado nos termos deste item não propiciará o reajustamento dos preços correspondentes ao período em que aquele ocorreu.

06 — Ocorrendo prorrogação de prazo por justo motivo, previsto no contrato, serão observadas, por ocasião do reajustamento de preços, as condições estabelecidas na prorrogação.

07 — Excluem-se do reajustamento de preços as parcelas correspondentes à indenização de materiais fornecidos pelo contratado e aplicados na obra ou serviços, cujos custos tenham sido referidos no documento oficial relativo à compra, mediante comprovação através de documentação fiscal correspondente, bem como as instalações e os trabalhos preliminares e os de limpeza de canteiro da obra.

08 — Havendo atraso por culpa da CEB, prevalecerão os índices das datas em que as obras ou os serviços forem executados ou entregues os materiais.

09 — Havendo antecipação de execução de etapas, desde que previamente autorizada pela CEB, prevalecerão os índices das datas em que as obras ou serviços forem executados ou entregues os materiais.

9.1 — Não serão consideradas antecipações de exclusivo interesse do contratado, prevalecendo os prazos contratuais.

10 — O pagamento de reajustamento feito de acordo com estas Diretrizes não dependerá de termo aditivo.

11 — Quando o serviço, obra ou fornecimento correr à conta de recursos oriundos de convênios ou contratos, os reajustamentos poderão obedecer às regras adotadas pela entidade financiadora ou repassadora, desde que assim esteja previsto no convênio ou contrato.

12 — Os critérios de reajustamento previstos nestas Diretrizes não se aplicam às licitações e aos contratos instaurados e assinados anteriormente à sua vigência, que serão reajustados na forma por eles estabelecida.

13 — O prazo de reajustamento, nas contrataçoes realizadas através de processo de licitação, será contado a partir da data de abertura das propostas e nos casos de dispensa de licitação, a partir da data da proposta.

14 — Quando na proposta não estiver expressamente declarado que os preços são reajustáveis, os mesmos serão considerados irreajustáveis.

15 — Quando o prazo de entrega do material, execução da obra ou serviço for igual ou inferior a 30 (trinta) dias, seus preços serão irreajustáveis, com exceção daqueles controlados diretamente por órgãos governamentais, como: CIP, CNP e outros. A CEB aceitará, também, propostas com preços irreajustáveis, para qualquer prazo de entrega.

16 — As fórmulas e diretrizes de reajustamento adotadas na CEB são preferencialmente as seguintes:

16.1 — para fornecimento de materiais, serão aplicadas as diretrizes e fórmulas estabelecidas pelo Comitê de Gestão Empresarial-COGE, do Setor de Energia Elétrica, exceto os preços controlados diretamente por órgãos governamentais, como: CIP, CNP e outros;

16.2 — quando não existir fórmula de reajustamento estabelecida pelo COGE, serão utilizadas as fórmulas apresentadas pelo proponente, que deverá obedecer ao item 18, e na ausência destas será adotada a variação da OTN;

16.3 — para execução de obras e serviços, serão aplicadas mensalmente as diretrizes e fórmulas abaixo:

16.3.1 — a referência dos índices utilizados, inclusive para as fórmulas estabelecidas pelo COGE, é a seguinte:

De (o): mês imediatamente anterior ao da data de abertura das propostas;

Até (i): mês imediatamente anterior ao da data contratual de ocorrência do evento gerador do faturamento ou cobrança.

16.3.2 — SIMBOLOGIA

Os índices a serem utilizados serão representados pelos símbolos a seguir:

a) índices calculados pela Fundação Getúlio Vargas e publicados na Revista Conjuntura Econômica (Índices Econômicos/Brasil).

SIMBOLO	COLUNA	DESCRIÇÃO
IGP	2	índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna
MC	12	Material de Construção.
MVET	13	Máquinas, Veículos e Equipamentos - Total.
Ve	14	Veículos pesados para transporte.
MEQ	15	Máquinas e Equipamentos
MET	38	Produtos Industriais - Material Elétrico - Total.
CL	54	Combustíveis e Lubrificantes.

b) índice calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.

SÍMBOLO	DESCRIÇÃO
IPC	índice de Preços ao Consumidor.

Obs: 1 — A parcela correspondente a mão-de-obra será corrigida por este índice ou outro determinado por legislação superveniente, quando da data-base da categoria.

2 — Fica assegurada à contratada, a título de antecipação, o reajuste mensal da parcela correspondente a mão-de-obra, em proporção idêntica à variação da Unidade de Referência de Preços (URP) ou outro índice determinado por legislação superveniente, excetuando o mês da data-base da categoria, ocasião em que se fará o acerto em função das antecipações já concedidas.

16.3.3 - FÓRMULAS DE REAJUSTE

A) CONSTRUÇÃO CIVIL

$$PR = Po\left(0{,}60\ \frac{MCi}{MCo} + 0{,}40\ \frac{IPCi}{IPCo}\right)$$

B) MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, LINHAS ENERGIZADAS E DESENERGIZADAS.

$$PR = Po\left(0{,}45\ \frac{IPCi}{IPCo} + 0{,}45\ \frac{MVETi}{MVETo} + 0{,}10\ \frac{CLi}{CLo}\right)$$

C) CONSTRUÇÃO E MONTAGEM DE SUBESTAÇÕES

c.1) OBRAS CIVIS

$$PR = Po\left(0{,}60\ \frac{MCi}{MCo} + 0{,}40\ \frac{IPCi}{IPCo}\right)$$

c.2) MONTAGEM ELETROMECÂNICA

$$PR = Po\left(\frac{IPCi}{IPCo}\right)$$

c.3) MÁQUINAS E VEÍCULOS (CUSTO HORÁRIO) PARA SERVIÇOS POR ADMINISTRAÇÃO.

$$PR = Po\left(0{,}50\ \frac{MVETi}{MVETO} + 0{,}50\ \frac{CLi}{CLo}\right)$$

c.4) MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS

$$PR = Po\left(\frac{METi}{METo}\right)$$

c.4) ENFIAÇÃO DE CABOS

d.1) MÃO-DE-OBRA

$$PR = Po\left(\frac{IPCi}{IPCo}\right)$$

d.2) VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

$$PR = Po\left(0{,}60\ \frac{MEQi}{MEQo} + 0{,}20\ \frac{CLi}{CLo} + 0{,}20\ \frac{IGPi}{IGPo}\right)$$

e) LOCAÇÃO DE VEÍCULOS

$$PR = Po\left(0{,}65\ \frac{IPCi}{IPCo} + 0{,}35\ \frac{Vei}{Veo}\right)$$

f) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PREDOMINÂNCIA DE MÃO-DE-OBRA () 0,75)

$$PR = Po\left(\frac{IPCi}{IPCo}\right)$$

g) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEITURA DE MEDIDORES E ENTREGA DE FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA

$$PR = Po\left(0{,}60\ \frac{IPCi}{IPCo} + 0{,}15\ \frac{MVETi}{MVETo} + 0{,}25\ \frac{OTNi}{OTNo}\right)$$

h) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM PARÂMETROS DEFINIDOS

$$PR = Po\left(\frac{OTNi}{OTNo}\right)$$

17 — Os materiais e serviços controlados diretamente pelos órgãos governamentais serão reajustados de acordo com autorização destes até a data contratual do evento gerador do faturamento ou cobrança, e desta, até a data contratual de pagamento, desde que conste espressamente na proposta, pela fórmula estelecida na alínea "b" do item 4.

18 — Poderão ser estabelecidas fórmulas de reajustamento diversas das constantes destas Diretrizes, obedecida a fórmula genérica abaixo indicada:

$$PR = Po \left(a_1 \frac{I_{1i}}{I_{1o}} + a_2 \frac{I_{2i}}{I_{2o}} + \ldots a_n \frac{I_{ni}}{I_{no}}\right)$$

onde:

PR = Preço Reajustado;

Po = Preço básico constante da proposta;

I1y I2y ...y In = índices Oficiais de Preços correspondentes aos insumos que compõem os produtos a serem produzidos ou fornecidos, realização de obras ou prestação de serviços.

a1y a2y ...y an = Parâmetros, os quais representam a participação de cada um dos principais insumos.

19 — O faturamento do reajustamento, a que se referem as alíneas "a", e "b" o item 4 e do item 17, destas Diretrizes, deverá ser feito em um só documento, somente sendo admitido o reajustamento até a data fixada contratualmente para o pagamento do principal.

20 — Quando da apresentação dos cálculos de reajustes de preços, os contratados deverão, obrigatoriamente, anexar as memórias de cálculos e os comprovantes oficiais dos índices, não sendo aceitos índices provisórios.

21 — Os faturamentos do principal e do reajuste, em qualquer situação, deverão ser efetuados separadamente.

22 — Estas Diretrizes revogam as anteriores.

Brasília, 30 de junho de 1988

PAULO VICTOR RADA DE REZENDE; JOSÉ ROBERTO ARRUDA; VINÍCIUS FUZEIRA DE SÁ E BENEVIDES; ANTÔNIA GONÇALVES DE ARAÚJO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO DE 06 DE JULHO DE 1988

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "b", da Portaria nº 001/84-SAP, de 20 de setembro de 1984,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979 GERALDO MAGELA PIMENTA, Agente de Portaria, matrícula nº 11.209-7, Código TP.602, Classe "S", Referência NM-24, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir GERALDO MOREIRA, Chefe da Seção de Documentação e Comunicação Administrativa/DAG-SAP, matrícula nº 11.830-3, Código DAI-111.3, por motivo de férias relativas ao exercício de 1988, no período de 11 de julho a 09 de agosto de 1988.

Brasília-DF., 06 de julho de 1988

FRANCISCO DE APARECIDA SOYER

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Administração Geral

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "C", da Portaria nº 027/85-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 1º, e Parágrafo único do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, FRANCISCO MENEZES DE SOUZA, Agente Penitenciário, Classe Especial, Padrão II, matrícula nº 20.806-X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir GILDEMAR DIAS DA SILVA, matrícula nº 23.795-7, Diretor da Divisão de Administração Penitenciária/NCB/COSIPE, Código DAS-101.1, no impedimento do titular que se encontra substituindo o Diretor do Núcleo de Custódia de Brasília, no período de 11.07 a 09.08.88.

Brasília, 23 de junho de 1988

ELTVALTER GIL FILHO

Polícia Civil do Distrito Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 20 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, JOSÉ ANTONIO SOBRINHO, Agente de Polícia, matrícula 20.976-7, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir DIRCEU CAVALCANTE SIQUEIRA, Chefe da Seção de Vigilância, 1ª DP-CPC/PCDF, matrícula 06.331-2, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, no período de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 20 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a", da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

NOMEAR JOSÉ RAYMUNDO PEREIRA MARTINS DE SOUZA, Perito Criminal, Classe Especial, Padrão III, matrícula nº 20.678-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão, Código DAS-101.1, de Diretor da Divisão de Perícias Internas do Instituto de Criminalística-CPT/PCDF, a partir de 01 de julho de 1988.

Brasília-DF., 22 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b" da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR EURÍPEDES CARLOS BORGES, Perito Criminal, Classe Especial, Padrão III, matrícula 20.831-0, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a função em comissão, Código DAI-111.3, de Chefe da Seção de Delitos de Trânsito-DPE/IC/CPT/PCDF, a partir de 01 de julho de 1988.

Brasília-DF, 22 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 3, alínea "a", da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 8º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, JOSÉ ROBERTO LEITÃO E SILVA, Perito Criminal — Assistente do IC, matrícula 20.050-6, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para responder pelo Cargo de Diretor da Divisão de Perícias Internas-IC/CPT/PCDF, Código DAS-101.1, por motivo de vacância, no período de 01 a 30.06.88.

Brasília, 23 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b" da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR JOÃO ALEIXO TAVARES FILHO, Escrivão de Polícia, Classe Especial, Padrão III, matrícula 21.165-6, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função em Comissão, Código DAI-111.3, de Chefe do Cartório da Delegacia de Roubos e Furtos-DRF/CPE/PCDF, a partir de 23.06.88.

Brasília-DF, 23 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b" da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, MARY APARECIDA MARQUES, Escrivã de Polícia, matrícula 27.265-5, 2ª Classe, Padrão I do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir PAULO CESAR DE SOUSA RIBEIRO, Chefe do Cartório da 4ª DP/CPC/PCDF, matrícula 18.720-8, Cód. DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 23 de junho de 1988.

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, item I do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, IRAPUAN BATISTA PEDROSO, Agente de Polícia, matrícula 23.538-5, 1ª Classe, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir NAZARENO BARBOSA DE SOUZA, Chefe da Seção de Vigilância-DRFV/CPE/PCDF, matrícula 21.076-5, Código DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, no período de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 23 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b" da Portaria n° 037/87-SEP, de 07 de outubro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1°, item I do artigo 2° do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, PEDRO VIEIRA DA SILVA, Agente de Polícia, matrícula 25.547-5, 2ª Classe, Padrão II, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir JOSÉ-DE JESUS MOREIRA LIMA, Chefe da Seção de Investigações Criminais - 20ª. DP/CPC/PCDF, matrícula 19.175-2, Cód. DAI-111.3, por motivo de férias regulamentares, de 04.07 a 02.08.88.

Brasília, 23 de junho de 1988

EVALDO CARNEIRO

Departamento de Trânsito do Distrito Federal

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO N° 633 DE 28 DE JUNHO DE 1988

O DIRETOR GERAL DO DETRAN-DF, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 43, alínea XXVI, do Decreto n° 3535, de 29 de dezembro de 1976,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1° e item I do artigo 2°, do Decreto n° 5.004, de 20 de dezembro de 1979, WAGNER RIOS FILHO, Agente de Trânsito, matrícula 00.274-7, Código LT-NM 823, Classe "S", Ref. NM-32, do Quadro de Pessoal do DETRAN-DF, para substituir LUIS RIOGI MIURA, Gerente de Controle de Veículos, matrícula 00.012-4, Código LT-DAS.101.3, por motivo de Impedimento do Titular, no período de 27,28 e 29/06/88.

Brasília-DF, 28 de junho de 1988.

JONAS TORRACA

SECRETARIA DA CULTURA

PORTARIA DE 11 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DA CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso X, do Regimento aprovado pelo Decreto n° 9.798, de 13 de outubro de 1986,

RESOLVE:

Designar LÚCIA ETIENNE ROMEU, jornalista, para exercer a Função de Assessoramento Superior desta Secretaria, mediante a remuneração mensal de Cz$ 90.000,00 (noventa mil cruzados).

Brasília, 11 de julho de 1988

D'ALEMBERT JACCOUD

Arquivo Público do Distrito Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 01 DE JULHO DE 1988

O SUPERINTENDENTE DO ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL — ArPDF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso VIII, do Regimento do ArPDF, aprovado pelo Decreto n° 8.531, de 14.03.85,

RESOLVE:

Dispensar RAQUEL CAVALCANTE, matrícula n° 011-TP/ArPDF, da Função de Confiança de Chefe do Núcleo de Documentos Não Convencionais, Código LT/DAS-101.2-TP-ArPDF, da Gerência de Arquivo Permanente do Arquivo Público do Distrito Federal, a partir de 30 de junho de 1988.

Brasília, 01 de julho de 1988

WALTER ALBUQUERQUE MELLO

SECRETARIA DA IND. COM. E TURISMO

PROCESSO N°: 030.036.124/88
INTERESSADO : ITAMAR DOS SANTOS LIRA E JORGE DOS REIS FARIAS
ASSUNTO : Relatório de Tomada de Contas n° 155/88-DpA/SEF

Tendo em vista a emissão do Certificado de Auditoria n° 171/88-DpA/SEF, constante de fls. 22, da Secretaria de Finanças do Distrito Federal, e em cumprimento ao que dispõe o artigo 39, item III, da Lei n° 5.538/68, de 22 de novembro de 1.968 e artigo 24, inciso X, do Ato Regimental n° 09/80-TCDF, considero regulares as contas relativas ao exercício de 1987, pelo período de 01.01 a 24.09.87, quando foi responsável ITAMAR DOS SANTOS LIRA, matrícula n° 26.536-5, pela Seção de Serviços Gerais da Divisão de Administração Geral-DAG-SICT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Referência NM-17, Código LT/SA-401.A, designado pela Portaria de 29.10. e dispensado pela Ordem de Serviço, publicada no "DODF" n° 181, página 09, de 24.09.87 e de 24.09. a 31.12.87, quando foi responsável JORGE DOS REIS FARIAS, matrícula n° 04.038-X, pela referida Seção de Serviços Gerais — SSG/DAG/SICT, ocupante do cargo de Agente Administrativo, Referência NM-32, Código SA 401.S, designado pela Ordem de Serviço de 22.09.87, publicada no "DODF" n° 181, página 10, de 24.09.87, ressalvando, no entanto, no que for apurado pelo Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Publique-se este e encaminhe-se o presente processo ao **Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.**

Brasília, 04 de julho de 1.988

LINDBERG AZIZ CURY

Secretário da Indústria, Comércio e Turismo do DF

SECRETARIA DO TRABALHO

PORTARIA DE 11 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, item "a", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto n° 8.100, de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

Dispensar, a partir de 01.07.88, SHIRLEY RODRIGUES COSTA DE ALMEIDA, Datilógrafo, Código LT-SA-402, Classe "Especial", Referência NM-23, matrícula n° 21.905-3, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, de exercer a Função de Secretário Administrativo, Código LT-DAI-112.3, da Coordenadoria do Programa para Assuntos Sindicais, da Secretaria do Trabalho do Distrito Federal.

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

PORTARIA DE 11 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, item I, alínea "a", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o disposto no artigo 2°, Parágrafo 1°, do Decreto n° 6.650, de 12 de março de 1982,

RESOLVE:

Designar ANA MARIA GOMES, para exercer a Função de Assessoramento Superior da Secretaria do Trabalho do Distrito Federal, mediante a retribuição mensal de Cz$ 98.000,00 (noventa e oito mil cruzados).

MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA

PORTARIA DE 11 DE JULHO DE 1988

O SECRETÁRIO DO TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1°, item "a", do Decreto n° 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto n° 8.100, de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

Designar, a partir de 01.07.88, FÁTIMA MACIEL BARBOZA, Agente de Portaria, Código LT-TP-602, Classe "C", Referência NM-17, matrícula n° 22.346-8, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para exercer a Função de Secretário Administrativo, Código LT-DAI-112.3, da Coordenadoria do Programa para Assuntos Sindicais da Secretaria do Trabalho do Distrito Federal.

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

SECRETARIA EXT. DOS ASSUNTOS DE HABITAÇÃO

Sociedade de Habitação de Interesse Social — LTDA — SHIS

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA

N° 031/88: Sessão: 1436ª Realizada em: 03.05.88
PROCESSO N°: 40.746/87
ASSUNTO: Alteração do Orçamento da SHIS, exercício 1988.
DECISÃO: A DIRETORIA, diante do relatório n° 004/88-DF,

RESOLVE: Aprovar a transferência de recursos entre Elementos de Despesa, do Orçamento desta Sociedade, conforme abaixo:

TRANSFERÊNCIA:

Retirar de 3.2.6.0 — Encargos da Dívida Interna Cz$ 50.000.000,00

Incluir em 3.1.3.0 — Serviços Diversos Cz$ 50.000.000,00.

RELATOR: JOÃO DA CRUZ PIMENTA

Presidente: ÁTILA FERREIRA PAES LEME. Diretor Administrativo: EMMANUEL PEDROSA FILHO. Diretor Técnico: LUIZ FERNANDO DE MORAES SILVA. Diretor Imobiliário: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS. Diretor Financeiro: JOÃO DA CRUZ PIMENTA

PROCURADORIA GERAL

1ª Subprocuradoria

PROCURADORIA GERAL
TERMOS REGISTRADOS
NA 1ª SPR — DF
PUBLICAÇÃO CONFORME
DECRETO FEDERAL
Nº 78.382/76

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS EM PRÓPRIOS DO DISTRITO FEDERAL

FEIRA PERMANENTE

PROCESSO Nº: 135.491/82 — OCUPANTE: DAMIÃO VALERIANO. OBJETO: Ocupação do Box B-24, medindo 6,60m2, localizado na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado ao comércio de Frutas, Verduras e Legumes. VALOR: Cz$ 896,38 (oitocentos e noventa e seis cruzados e trinta e oito centavos). PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura do Termo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei nº 4.545, de 10.12.64. TERMO PADRÃO 05/80. DATA DA ASSINATURA: 20.06.88.

PROCESSO Nº: 132.000.716/88 — OCUPANTE: ALBERTO FERREIRA DE NOVAIS. OBJETO: Ocupação do Box A2/11, medindo 13,50m2, localizado na Feira Permanente de Taguatinga, destinado ao comércio de Frutas, Verduras e Legumes. VALOR: Cz$ 517,30 (quinhentos e dezessete cruzados e trinta centavos) mensais. PRAZO: 12 (doze) meses a partir da assinatura do Termo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei nº 4.545, de 10.12.64. TERMO PADRÃO 05/80. DATA DA ASSINATURA: 05 de agosto de 1987.

PROCESSO Nº: 135.415/82 — OCUPANTE: FRANCISCO LUIZ DA SILVA: OBJETO: Ocupação do Box-B-22, medindo 6,60m2, localizado na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado ao comércio de Frutas e Verduras. VALOR: Cz$ 896,38 (oitocentos e noventa e seis cruzados e trinta e oito centavos) mensais. PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura do Termo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. TERMO PADRÃO 05/80. DATA DA ASSINATURA: 20 de junho de 1988.

PROCESSO Nº: 136.000.709/84 — OCUPANTE: GILBERTO GALDINO GOMES. OBJETO: Ocupação do Box B-23, medindo 6.60m2, localizado na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante destinado ao comércio, no varejo, com vendas de Frutas, Verduras e Legumes. VALOR: Cz$ 896,38 (oitocentos e noventa e seis cruzados e trinta e oito centavos) mensais. PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura do Termo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei nº 4.545, de 10.12.64. TERMO PADRÃO 05/80. DATA DA ASSINATURA: 20.06.88.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº: 062.000.052/87 — PARTES: DF/ISDF X DPZ — DUAILIBI PETIT, ZARAGOZA PROPAGANDA S/A. OBJETO: Aditamento à NE Nº 024/87-ISDF. VALOR: Cz$ 80.000,00 (oitenta mil cruzados). NOTA DE EMPENHO Nº 335/87-ISDF, emitida por estimativa em 11.08.87. Subelemento de Despesa 3.1.3.2.-06. PRAZO: Até 31.12.87. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 001/86-GAG. TERMO PADRÃO Nº 10/80.

PROCESSO Nº: 062.000.052/87 — PARTES: DF/ISDF X PDZ — DUAILIBI PETIT, ZARAGOZA PROPAGANDA S/A. OBJETO: Aditamento à NE Nº 024/87-ISDF. VALOR: Cz$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzados). NOTA DE EMPENHO Nº 432/87-ISDF, emitida por estimativa em 14.09.87. Subelemento de Despesa 3.1.3.2.-06. ALTERAÇÃO DE NE Nº 049/87-ISDF, emitida em 01.10.87. PRAZO: Até 31.12.87. FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência 001/86-GAG. TERMO PADRÃO 10/80.

PROCESSO Nº: 062.000.052/87 — PARTES: DF/ISDF X DPZ — DUAILIBI PETIT, ZARAGOZA PROPAGANDA S/A. OBJETO: Aditamento à NE Nº 024/87. VALOR: Cz$ 100.000,00 cem mil cruzados) NOTA DE EMPENHO Nº 585/87-ISDF, emitida por estimativa em 25.11.87. Subelemento de Despesa 3.1.3.2.-06. ALTERAÇÃO DE NE Nº 076/87-ISDF, emitida em 11.12.87. PRAZO: Até 31.12.87. Concorrência nº 001/86-GAG. TERMO PADRÃO Nº 10/80.

Brasília, 23 de junho de 1988

PROCURADORIA GERAL
TERMOS REGISTRADOS NA
1ª SPR-DF — PUBLICAÇÃO
CONFORME DECRETO FEDERAL
Nº 78.382/76

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS
EM PRÓPRIOS DO
DISTRITO FEDERAL
FEIRA PERMANENTE

PROCESSO Nº: 135.495/82 — OCUPANTE: MARIA DIVINA DOS SANTOS BEZERRA. OBJETO: Ocupação do Box C-15, medindo 6,60m2, localizado na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado ao comércio, no varejo, de AVES VIVAS. VALOR: Cz$ 896,38 (oitocentos e noventa e seis cruzados e trinta e oito centavos) mensais:: PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura do Termo. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei nº 4.545, de 10.12.64. TERMO PADRÃO 05/80. DATA DA ASSINATURA: 27 DE JUNHO DE 1988.

PROCESSO Nº: 136.000.702/84 — OCUPANTE: JOÃO DUTRA DE ALMEIDA. OBJETO: Ocupação do Box-C-13, medindo 6,60m2, localizado na Feira Permanente do Núcleo Bandeirante, destinado ao comércio, no varejo, com vendas de AVES VIVAS. VALOR: Cz$ 896,38 (oitocentos e noventa e seis cruzados e trinta e oito centavos) mensais. PRAZO: 24 (vinte e quatro) meses a partir da assinatura do Termo: FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei nº 4.545, de 10.12.64. TERMO PADRÃO 05/80. DATA DA ASSINATURA: 27.06.88.

Brasília, 29 de junho de 1988

PROCURADORIA GERAL

TERMOS REGISTRADOS NA 1ª SPR — DF — PUBLICAÇÃO CONFORME DECRETO FEDERAL Nº 78.382/76.

OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS EM PRÓPRIOS DO DISTRITO FEDERAL OCUPAÇÃO DE ÁREA

PROCESSO Nº: 050.002.148/88 — OCUPANTE: ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL. OBJETO: Ocupação de área com 384m2 no Prédio da Coord. de Polícia Especializada — CPE, destinada a exploração do ramo de entidade de Classe. VALOR: 1 OTN mensal. PRAZO: 02 (dois) anos, a partir da data da assinatura do Termo. TERMO PADRÃO Nº 17/81. DATA DE ASSINATURA: 09.06.88.

FEIRA PERMANENTE

PROCESSO Nº: 132.000.914/88 — OCUPANTE: CÍCERO CORDEIRO LEITE. OBJETO: Ocupação de Box A2/08, medindo 15,50m2, localizado na Feira Permanente de Taguatinga, destinado ao comércio de Confecções. VALOR: Cz$ 2.104,90 (dois mil, cento e quatro cruzados e noventa centavos) mensais. PRAZO: 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo. TERMO PADRÃO 05/80. Data da assinatura: 02.06.88.

PROCESSO Nº: 132.000.945/88 — OCUPANTE: ANTONIO GERMANO DE PAIVA. OBJETO: Ocupação do Box A2/10, medindo 13,50m2 de área. localizado na Feira Permanente de Taguatinga, destinado ao comércio de FRUTAS. VALOR: Cz$ 1.833,30 (um mil, oitocentos e trinta e três cruzados e trinta centavos) mensais. PRAZO: 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo. TERMO PADRÃO Nº 05/80. Data da assinatura: 02.06.88.

PROCESSO Nº: 132.000.911/88 — OCUPANTE: SUELI FRAGA DOS SANTOS. OBJETO: Ocupação do Box B2/10, medindo 13,50m2 de área, localizado na Feira Permanente de Taguatinga, destinado ao comércio de Doces e Queijos. VALOR: Cz$ 1.833,30 (um mil, oitocentos e trinta e três cruzados e trinta centavos) mensais. PRAZO: 02(dois) anos a partir da assinatura do Termo. TERMO PADRÃO Nº 05/80. Data da assinatura: 03.06.88.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº: 030.007.937/88 — PARTES: DF/GAG X BRISTOL HOTEL LTDA. OBJETO: Aditamento à NE nº 061/88-GAG. VALOR: Cz$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados) NOTA DE EMPENHO Nº 103/88-GAG, emitida por estimativa em 28.06.88. Subelemento de Despesa: 3.1.3.2 — 65. FUNDAMENTO LEGAL: Convite nº 031/87-SOF/GAG. PRAZO: Até 31.12.88. TERMO PADRÃO Nº 10/80.

PROCESSO Nº: 012.000.018/88 — PARTES: DF/DETUR X CARTÃO RESTAURANTE S/C LTDA. OBJETO: Despesas com fornecimento de Alimentação preparada Sob a modalidade de Tickets, aos funcionários do DETUR. VALOR: Cz$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzados) NOTA DE EMPENHO Nº 140/88-TUR, emitida por estimativa em 27.04.88. Subelemento de Despesa: 3.1.3.2 — 10. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 01/88-CL/DETUR. TERMO PADRÃO Nº 10/80.

Brasília, 05 de julho de 1988

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF

PORTARIA Nº 150, DE
08 DE JULHO DE 1988

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 50, inciso XV, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 07/87, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1895/88,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 05 de julho do corrente ano, ARTHUR PEREIRA, da Função de Confiança de Assessor-Chefe, Código TCDF-LT-DAS-102.4, do Gabinete do Conselheiro Frederico Augusto Bastos.

Brasília-DF, 08 de julho de 1988

JOEL FERREIRA DA SILVA

ATA DA 2495a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 06 dias do mês de junho de 1988, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ, FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE e FREDERICO AUGUSTO BASTOS, a Conselheira-Substituta MARIA JOSÉ DA SILVA NEVES GADELHA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e FRANCISCO MARTINS BENVINDO e o Procurador-Geral em exercício Dr. JOSÉ GUILHERME VILLELA, o Presidente, Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 2494a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário do Ofício nº 239/88-SEP, pelo qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, em atenção ao Ofício GP nº 526/88, informa que "não realizou nenhuma despesa com pagamento de juros e correção incidentes sobre as parcelas atrasadas alusivas aos adicionais de que trata a Lei nº 6.732/79" e que foram adotadas providências com vistas a impedir a realização dessa espécie de despesa.

J U L G A M E N T O S

PROCESSO DEVOLVIDO À PRESIDÊNCIA

O Senhor Presidente deu prosseguimento ao julgamento do processo nº 3589/85 (Relatora: Conselheira-Substituta MARIA JOSÉ GADELHA), de que mantinha vista o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE. O processo trata de tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem (processo apenso de nº 0177/87).- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE (fls. 49-53), decidiu determinar a citação do servidor indicado a fls. 53 para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa quanto ao desaparecimento do bem, que se encontrava sob sua guarda e responsabilidade; vencida a Relatora, que manteve seu voto de fls. 31-32.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 3654/86 - Aposentadoria do servidor RAIMUNDO HENRIQUES DE ALMEIDA.- O Tribunal, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a aposentadoria, em caráter excepcional, nos termos do voto do Relator de fls. 39, e determinou o retorno do processo à 4a. Inspetoria de Controle Externo para instrução complementar.

PROCESSO Nº 2718/87 - Reforma do 2º Sargento BM RAIMUNDO ALVES LEITÃO;

PROCESSO Nº 2721/87 - Reforma do 3º Sargento BM DJAIR MARCELINO DA SILVA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, os atos de reforma.

PROCESSO Nº 3294/87 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Secretaria de Administração do Distrito Federal para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria de Administração (O.I. nº 69/88-GAB/SEA e anexos) prestando esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomando conhecimento do citado expediente, considerar cumprida a diligência; b) reiterar à Secretaria de Administração a recomendação a que se refere a alínea b do mesmo voto a fls. 37-38.

PROCESSO Nº 0453/88 - NE nº 113/87-ACEI e outras. Aos autos juntou-se expediente da Administração de Ceilândia (Ofício nº 190/88-GAB-ACEI e anexos) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos encaminhados pela ACEI, considerou cumprida a diligência.

PROCESSO Nº 0542/88 - Atas das 865a. a 869a. reuniões do Conselho Fiscal da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal. Aos autos juntou-se expediente da entidade (O.I. nº 142/88-GAB/FZ e anexos) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento do citado expediente, considerou cumprida a diligência.

PROCESSO Nº 1242/88 - Balancete das Centrais de Abastecimento do Distrito Federal S/A - CEASA, referente ao 1º trimestre de 1988.- O Tribunal, ao tomar conhecimento do balancete, decidiu fazer à CEASA as recomendações indicadas no voto do Relator a fls. 71-72.

PROCESSO Nº 1243/88 - Balancete da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF - EMATER, referente ao 1º trimestre de 1988.- O Tribunal, ao tomar conhecimento do balancete, decidiu fazer à entidade as recomendações indicadas no voto do Relator a fls. 32.

PROCESSO Nº 0642/88 - Relatório de inspeção programada a que procedeu a 5a. Inspetoria de Controle Externo na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, para verificar aspectos relacionados com a receita da entidade;

PROCESSO Nº 1291/88 - Ata da 759a. reunião e outras, da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal;

PROCESSO Nº 1321/88 - Ata da 5a. reunião e outras, da Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A;

PROCESSO Nº 1323/88 - Ata da 993a. reunião e outras, do BRB - Banco de Brasília S/A;

PROCESSO Nº 1394/88 - Ata da 345a. reunião e outras, da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central;

PROCESSO Nº 1395/88 - Ata da 24a. reunião e outras, da Companhia de Eletricidade de Brasília.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos às competentes Inspetorias de Controle Externo, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PROCESSO Nº 1946/82 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora CLARICE MARQUES DO PRADO NERY.

PROCESSO Nº 4652/83 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora ADELINA RODRIGUES DA CUNHA PACHECO.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as revisões, para fins de registro.

PROCESSO Nº 3044/83 - Aposentadoria do servidor MANOEL MARIA DE OLIVEIRA;

PROCESSO Nº 3182/86 - Aposentadoria da servidora EDITE BATISTA DA SILVA;

PROCESSO Nº 0382/87 - Aposentadoria da servidora LUZIA ALEIXO DE QUEIROZ.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as aposentadorias, para fins de registro.

PROCESSO Nº 4964/83 - Retificação da aposentadoria, por decisão judicial, da servidora CÉLIA DE SOUZA AMORIM.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento da retificação, que guarda conformidade com a decisão judicial de que decorre.

PROCESSO Nº 0938/87 - Pensão militar concedida à Senhora MARIA DA PENHA SCHMIDT DA SILVA e outros;

PROCESSO Nº 1672/87 - Pensão militar concedida à Senhora CELINA BATISTA DOS SANTOS.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os parece

res da Procuradoria-Geral, considerou legais as concessões, para fins de registro.

PROCESSO Nº 3077/87 - Aposentadoria do servidor PAULO FURTADO ALVARENGA;

PROCESSO Nº 3440/87 - Aposentadoria da servidora VILMA MARQUES DE MENDONÇA TELES.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO Nº 0706/87 - Contrato nº 102/86 celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma CBR - Engenharia e Comércio Ltda. Aos autos juntaram-se expedientes da Secretaria de Saúde (Ofícios de nºs. 522 e 608/87-GAB/SES e anexos), dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomando conhecimento dos expedientes, dar por cumprida a diligência, considerando, todavia, insatisfatórios os esclarecimentos acerca da inexistência da Carta de "Habite-se" das obras em questão; b) tomar conhecimento do 1º termo aditivo ao contrato nº 102/86 e do contrato 054/87, celebrado entre as mesmas partes, bem como dos resultados da 2a. e 1a. etapas de fiscalização e controle da execução dos ajustes, respectivamente; c) fazer à Fundação Hospitalar a recomendação indicada no item 3 do referido voto a fls. 232; d) determinar a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo para os fins a que se refere o item 4 do mesmo voto.

PROCESSO Nº 1435/87 - Contrato nº 033/86 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma SERSAN - Sociedade de Terraplenagem, Construção Civil e Agropecuária Ltda. Aos autos juntou-se o O.I. nº 678/87-DG, pelo qual o DER-DF presta esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) acolher os esclarecimentos prestados, considerando satisfatoriamente cumprida a diligência; b) tomar conhecimento do 1º termo aditivo ao ajuste, bem como dos resultados da 1a. e 2a. etapas de fiscalização e controle de sua execução, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 2428/81 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora FLORINDA DE LACERDA ROCHA;

PROCESSO Nº 0381/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor WALTER BARNABÉ DA SILVA.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as revisões, para fins de registro.

PROCESSO Nº 3592/83 - Aposentadoria do servidor JOSÉ RODRIGUES DE MELO;

PROCESSO Nº 4105/86 - Aposentadoria da servidora MARIA DE ARAÚJO MELLO OLIVEIRA;

PROCESSO Nº 1050/87 - Aposentadoria do servidor GILVAN ALVES DA COSTA;

PROCESSO Nº 2112/87 - Aposentadoria do servidor ELIZEU CONCEIÇÃO;

PROCESSO Nº 2418/87 - Aposentadoria do servidor WALDEMAR ATILLIO SALAMONI.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as aposentadorias, para fins de registro.

PROCESSO Nº 4988/84 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora LENIR ASSIS RIBEIRO;

PROCESSO Nº 3418/85 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora MARGARIDA DE OLIVEIRA GALVÃO.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, os atos revisórios.

PROCESSO Nº 1659/87 - Aposentadoria da servidora ZENI

Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a aposentadoria, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2934/87 - Aposentadoria do servidor MAMEDE BOTELHO SALOMÃO;

PROCESSO Nº 3439/87 - Aposentadoria do servidor CYRO GONÇALVES BRAZUNA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA-SUBSTITUTA MARIA JOSÉ GADELHA

PROCESSO Nº 2646/85 (apenso: processo nº 3672/85) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Educacional do Lago.- Cumprida a diligência ordenada através do Ofício GP nº 1183/87, o Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou a servidora indicada a fls. 40 quite com os cofres da Fundação Educacional — autorizando a inclusão do processo em roteiro de inspeção, para oportuna verificação do efetivo ressarcimento dos bens extraviados.

PROCESSO Nº 2568/85 (apenso: processo nº 3608/85) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 23 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou a citação, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, dos servidores nominados a fls. 33 para apresentarem defesa quanto ao débito que lhes é imputado nos autos.

PROCESSO Nº 3077/85 - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na unidade de vendas UG-31.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, já providenciado o ressarcimento dos bens extraviados, determinou a baixa na responsabilidade dos servidores indicados a fls. 57 e o arquivamento do processo — devendo a 2a. Inspetoria de Controle Externo verificar, em oportuna inspeção, o efetivo ressarcimento dos bens.

PROCESSO Nº 1301/87 (apenso: processo nº 2770/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Educacional 03 do Gama.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomando conhecimento dos resultados da tomada de contas especial, liberar o servidor indicado a fls. 16 quanto ao ressarcimento do débito, ordenando seja o seu nome excluído do rol de responsabilidades em apuração; b) determinar a aplicação da multa prevista no art. 60 do Ato Regimental nº 9/80 ao responsável pelo atraso de 69 (sessenta e nove) dias na remessa da tomada de contas especial à Corte; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2925/87 - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no DEMA.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou a citação, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, do servidor nominado a fls. 135 para apresentar defesa quanto ao débito que lhe é imputado nos autos.

PROCESSO Nº 3705/85 (apenso: processo nº 2522/87) - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na unidade de vendas MM-10.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados no voto da Relatora a fls. 52.

PROCESSO Nº 0106/86 - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na unidade de vendas MM-12.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomando conhecimen

responsabilidade o servidor indicado a fls. 69, devendo o prejuízo de Cz$15.839,57 ser absorvido pela SAB; b) autorizar a inclusão do processo em roteiro de inspeção para os fins indicados na instrução a fls. 65.

PROCESSO Nº 2712/87, originário de expediente da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, pelo qual foi comunicado o desaparecimento de bem. Aos autos juntaram-se os resultados de procedimento administrativo adotado com vistas ao ressarcimento do bem extraviado.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) dar por suprida, excepcionalmente, a tomada de contas especial, tendo em vista a recomposição do prejuízo, e considerar quites com a Fazenda do Distrito Federal, neste caso, os servidores nominados a fls. 44; b) fazer à ACSNB a recomendação indicada no referido voto a fls. 46; c) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0637/86 - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na unidade de vendas ASP-23. Aos autos juntaram-se as defesas apresentadas pelos servidores indicados a fls. 62 quanto ao débito que lhes foi imputado nos autos.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, dando por satisfatórias as alegações de defesa apresentadas, decidiu considerar o restante da indenização paga pela Companhia Atlântica de Seguros como prejuízo a ser absorvido pela SAB.

PROCESSO Nº 1090/87 (apenso: processo nº 2824/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Centro Educacional 01 do Guará.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da tomada de contas especial, relevando excepcionalmente a falha apontada na instrução; b) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 60 (sessenta) dias, para os fins indicados no item II da instrução de fls. 10.

PROCESSO Nº 1299/87 (apenso: processo nº 2766/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado na Escola-Classe 30 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados da tomada de contas especial, relevando a falha apontada na instrução; b) determinar a baixa na responsabilidade da servidora indicada a fls. 09 (item III); c) isentar o servidor indicado a fls. 09 (item IV) de qualquer responsabilidade pelo ocorrido; d) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0589/87, originário do Ofício nº 063/87, pelo qual a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, comunicou a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Fábrica de Argamassa Armada.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, já comprovado o ressarcimento dos bens extraviados, decidiu dar por suprida a tomada de contas especial. Decidiu, mais, reiterar à NOVACAP a determinação contida no item 2 do Ofício GP nº 1803/87, assinando o prazo de 15 (quinze) dias para atendimento, sob pena de aplicação das sanções previstas no Ato Regimental nº 09/80

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO Nº 0975/87 - Aposentadoria da servidora DELCIA SCHEMES DA SILVA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a aposentadoria, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2419/87 - Aposentadoria do servidor RAIMUNDO NONATO BORGES.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria — fazendo-se à Secretaria de Administração do Distrito Federal a recomendação indicada na referida proposta a fls. 11.

PROCESSO Nº 2577/87 - Aposentadoria do servidor LUIZ PEDRO CRUCIOL.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 3627/87 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora FLORACY BUENO DO NASCIMENTO.- O Tribunal determinou nova diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 68.

PROCESSO Nº 0767/88 - Ofício nº 204/88-PRES, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, comunicando o desaparecimento de bem, verificado na Diretoria de Urbanização.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento da comunicação e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna juntada da tomada de contas especial.

PROCESSO Nº 0830/88 - Ofício nº 138/88-PRESI, pelo qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A comunica a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000.403/86;

PROCESSO Nº 0831/88 - Ofício nº 139/88-PRESI, pelo qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A comunica a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000.228/86;

PROCESSO Nº 0833/88 - Ofício nº 141/88-PRESI, pelo qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A comunica a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000.213/86;

PROCESSO Nº 0834/88 - Ofício nº 142/88-PRESI, pelo qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A comunica a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000.214/86;

PROCESSO Nº 0836/88 - Ofício nº 145/88-PRESI, pelo qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A comunica a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000.319/86.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento das comunicações e determinou a baixa dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0855/88 - Ata da 939a. reunião e outras, da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0889/88 - Ofício nº 224/88-SE, pelo qual a Secretaria da Educação do Distrito Federal comunica o desaparecimento de bens, verificado no Complexo Escolar "A" de Ceilândia;

PROCESSO Nº 0891/88 - Ofício nº 226/88-SE, pelo qual a Secretaria da Educação do Distrito Federal comunica o desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 32 de Ceilândia;

PROCESSO Nº 0892/88 - Ofício nº 227/88-SE, pelo qual a Secretaria da Educação do Distrito Federal comunica o desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 32 de Ceilândia;

PROCESSO Nº 0985/88 - Ofício nº 164/88-PRESI, pelo qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A comunica a instauração de tomada de contas especial para apurar responsabilidades pelo pagamento da multa que lhe foi imposta pelo Departamento de Saúde (Auto de Infração nº 17602).

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento das comunicações e determinou a baixa dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna juntada das tomadas de contas especiais.

PROCESSO Nº 1185/88 - Ofício nº 1040/88-PR, pelo qual a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal comunica o desaparecimento de bem, verificado no Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família - COMEIA, bem como solicita seja dispensada de instaurar tomada de contas especial. Houve empate na votação: o Conselheiro GERALDO FERRAZ e a Conselheira-Substituta MARIA JOSÉ GADELHA acolheram a proposta do Relator sugerindo que se determine diligência preliminar para os fins indicados a fls. 05; os Conselheiros FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE e FREDERICO AUGUSTO BASTOS votaram pelo não acolhimento, desde logo, do pedido de dispensa da instauração de tomada de contas especial.- O processo será encaminhado ao Senhor Presidente para os fins do art. 38 do Regimento Interno.

RELATADOS PELO AUDITOR FRANCISCO MARTINS BENVINDO

PROCESSO Nº 0511/80 - Tomada de contas do aprovisionador do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal realizada em cumprimento à determinação da Corte expressa no Ofício GP nº 578/78.- O Tribunal decidiu adiar o julgamento do processo na forma do art. 31 do Regimento Interno.

PROCESSO Nº 2601/85 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor ELCIAS BARBOSA DE SOUZA.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2994/87 - Aposentadoria da servidora VERA BARRA CAMINHA.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 0625/88 - Primeiro termo aditivo ao convênio nº 10/88, celebrado entre o Distrito Federal, através da Administração do Setor Residencial, Indústria e Abastecimento, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do ajuste e decidiu considerar correta a classificação da despesa de que trata a nota de empenho nº 036/88-ASRIA — determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0914/88 - NE nº 102/87-DL/SEF.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados de inspeção programada a que se procedeu na Secretaria de Finanças, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na instrução de fls. 62.

PROCESSO Nº 1114/88 - Ofício nº 297/88-AERB, pelo qual a Administração da Estação Rodoviária de Brasília comunica o desaparecimento de bens;

PROCESSO Nº 1199/88 - Ofício nº 204/88-GAB.ACEI, pelo qual a Administração de Ceilância comunica o desaparecimento de bem, verificado no Terminal Rodoviário do Setor "O" Norte;

PROCESSO Nº 1270/88 - Ofício nº 248/88-GAB/SEP, pelo qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal comunica o desaparecimento de bens.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento das comunicações e determinou a baixa dos processos à la. Inspetoria de Controle Externo, para oportuna juntada das tomadas de contas especiais.

PROCESSO Nº 1340/88 - Balancete desta Corte, relativo ao mês de abril do corrente ano.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à la. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro GERALDO FERRAZ propôs, com o apoio do Plenário, a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Senador VIRGÍLIO TÁVORA, discorrendo sobre os relevantes serviços prestados ao País pelo ilustre homem público; dar-se-á conhecimento da manifestação à família enlutada, ao Senado Federal e ao Governo do Estado do Ceará.

O Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE deu ao Plenário informações relacionadas com as atividades da Secretaria Executiva do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil, de que é titular.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral.

JOEL FERREIRA DA SILVA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
MARIA JOSÉ GADELHA
OSVALDO RODRIGUES
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
LINCOLN PINTO DA LUZ

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

DENOMINAÇÃO: PROPLANTA AGRICULTURA LTDA

CGCMF: 88.959.648/0001-30
ENDEREÇO: RUA PAISSANDÚ, 916 — SALAS 501/02 — PASSO FUNDO — RS

OBJETO: ABERTURA DE FILIAL

DATA: 06.06.88

REALINO ZANETTI E LIVINO ZANETTI, sócios componentes da sociedade que gira sob a denominação social de "PROPLANTA AGRICULTURA LTDA", resolveu fazer abertura de uma filial no seguinte endereço: Setor C-12 — Sala 207 — Ed. Cine Lara — Taguatinga — Distrito Federal, com capital destacado no valor de Cz$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzados) integralizado neste ato, para explorar a mesma atividade da matriz.

REALINO ZANETTI

LIVINO ZANETTI

(DAR — Cz$ 3.948,00)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL — FEDF

TERMO DE AJUSTES — TAJ | CONVÊNIO Nº 15 /88-FEDF

PARTES
I) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL — FEDF
II) MÈTODO EMPREENDIMENTOS DE ENGENHARIA Ltda.
(doravante denominada ENTIDADE CONCEDENTE)

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cr$
003628/85-FEDF	08.07.88	05 anos	

ESPÉCIE: ESTÁGIO EM EMPRESAS — LICITAÇÃO:

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

O objetivo deste convênio é a realização de estágios curriculares de estudantes do ensino de 2º grau da rede oficial do Distrito Federal, em dependências da ENTIDADE CONCEDENTE, conforme a Lei nº 6.494, de 7.12.77, regulamentada pelo Decreto nº 87.497, de 18.08.82, com o fim de proporcionar complementação educacional e experiência prática na área de formação.

VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE — TAXA DE ADM.%

ELEMENTO DE DESPESA — FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cr$	NÚMERO	VALOR Cr$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

I)	II)
FABIO VIEIRA BRUNO	SILVIO ROMERO GRAÇA CARVALHO
Diretor -Executivo Respondendo	Diretor - Comercial

TESTEMUNHAS

MARA GOMES	ONEIDA PEREIRA DE ABREU EWALD

APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 1541, de 30.10.85, DO CONSELHO DIRETOR DA FEDF.
PUBLICAÇÃO: FEDF

DISTRITO FEDERAL

01 OITAVO ADITIVO AO
02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 095/86

CONVENENTES
I) DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE FINANÇAS - SEF
03 COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGÊNCIA ATÉ	07 VALOR Cr$
040.002.793/88	06.07.88	30.09.88	Cz$ 347.061,21

08 OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

POR ESTE TERMO, FICA ADITADO, COM O OBJETIVO DE SUPLEMENTAR RECURSOS NO VALOR DE CZ$ 347.061,21 (TREZENTOS E QUARENTA E SETE MIL, SESSENTA

E UM CRUZADOS E VINTE E UM CENTAVOS), PERFAZENDO UM TOTAL DE Cz$ 17.792.262,14 (DEZESSETE MILHÕES, SETECENTOS E NOVENTA E DOIS MIL, DUZENTOS E SESSENTA E DOIS CRUZADOS E QUATORZE CENTAVOS), E PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 1988, AO CONVÊNIO Nº 095/86, CELEBRADO ENTRE O DISTRITO FEDERAL, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE FINANÇAS, E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL NOVACAP, REGULANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMAS DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DOS BANHEIROS LOCALIZADOS NOS ANDARES DO EDIFÍCIO VALE DO RIO DOCE, SEDE DA SECRETARIA DE FINANÇAS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL. XXXXXXXXX

09 VALOR POR EXTENSO: (TREZENTOS E QUARENTA E SETE MIL, SESSENTA E UM CRUZADOS E VINTE E UM CENTAVOS)

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE FINANÇAS - SEF

11 PROJETO/ATIVIDADE: 2.035 — 12 TAXA DE ADM.%: 10%

13 ELEMENTO DE DESPESA: 3.1.3.2 - 50 — 14 FONTE DE RECURSOS: 00 - ORDINÁRIOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cr$	NÚMERO	VALOR Cr$
15 339/88-SEF	16 Cz$ 347.061,21	17	18
19	20	21	22

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
Delegação de Competência contida no Art. 15, do Dec. 10.974, de 31.12.87

24 2º CONVENENTE
LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE — MARCOS DECAT FRANÇA
Aprovado pela Diretoria em sua 2.296a. Sessão, realizada em 24.06.88.

TESTEMUNHAS

25 ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES — 26 MARIA INÊZ DOS SANTOS PINTO

DISTRITO FEDERAL

01 1º (PRIMEIRO) ADITIVO AO

02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 117/87

CONVENENTES

1º DISTRITO FEDERAL: SECRETARIA DE FINANÇAS — ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO

03 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DE BRASÍLIA - CEB'

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGÊNCIA ATÉ	07 VALOR Cr$
134.000.658/88	27.06.38	24.09.38	

08 OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

Por este instrumento, fica aditado com o fim de prorrogar prazo por mais 90 (noventa) dias, a contar de 27 de junho de 1988, o Convênio nº 117/87, celebrado em 30 de dezembro de 1987, entre o Distrito Federal/Secretaria de Finanças/Administração Regional de Sobradinho e a Companhia de Eletricidade de Brasília-CEB, objetivando a execução de obras de implantação do Sistema de Iluminação Pública de Sobradinho-DF.

O prazo de vigência estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por estre ajuste prorrogado até 24 de setembro de 1988.

09 VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

11 PROJETO/ATIVIDADE — 12 TAXA DE ADM.%

13 ELEMENTO DE DESPESA — 14 FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cr$	NÚMERO	VALOR Cr$
15	16	17	18
19	20	21	22

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAUJO — Secretário de Finanças
HIRAM FERREIRA — Administrador Regional
Autorização contida no Art.15, do Decreto nº 10.974, de 31/dezembro/1988.

24 2º CONVENENTE
Diretor Presidente da CEB — Diretor de Distribuição

TESTEMUNHAS

25 1a.) Paula Ney Fegueiredo — 26 2a.) Antonio Deci [illegible]sta

ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE KENDÔ
EXTRATO DO ESTATUTO

A ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE KENDÔ, fundada em 17.01.88, tem sede e foro em Brasília-DF, é uma sociedade com finalidade desportiva, sem fins lucrativos, apolítica, sem preconceito de credo e cor, com personalidade juridica destinta da de suas filiadas, as quais não respondem direta ou subsidiariamente por suas obrigações, tem patrimônio próprio e jurisdição, em todo Distrito Federal, onde é a única dirigente do esporte KENDÔ. Funcionará por tempo indeterminado e exercerá suas atividades segundo o Estatuto e normas legais pertinentes, tendo por objetivo: dirigir, desenvolver, orientar e difundir o KENDÔ no DF, incentivando a sua difusão e aperfeiçoamento; dirigir e promover a realização de campeonatos, torneios e competições de KENDÔ ou delas participar; representar oficialmente o Kendô no DF, bem como as atividades de seus jurisdicionados em todo território nacional; contribuir para o progresso técnico e material de suas filiadas. A Diretoria é composta de Presidente, 1°, 2° e 3° Vice-Presidente, 1° e 2° Secretários, 1° e 2° Tesoureiros, Diretor de Patrimônio, Diretores Técnicos e Diretor de Relações Públicas, eleitos conjuntamente pela Assembléia Geral Ordinária, compete. Compete ao Presidente e no seu impedimento aos Vice-Presidentes: representar a AMK em juízo ou fora dele, outorgar procuração, credenciar e destituir representação. A assembléia que decretar a dissolução da Associação decidirá a respeito do destino a ser dado ao seu Patrimônio. O Patrimônio Histórico será, obrigatoriamente doado a Museu As Associações filiadas não responderão, solidária ou subsidiariamente pelas obrigações que aos representantes da AMK contrairem em nome desta. O Estatuto poderá ser reformado em qualquer ocasião, por deliberação da Assembléia Geral, convocada para tal fim.

(DAR - Cz$ 7.050,00)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COLÔNIA AGRÍCOLA LAMARÃO
EXTRATO DO ESTATUTO

Art. 1° A "Associação Comunitária da Colônia Agrícola Lamarão", entidade civil, sem caráter lucrativo e com personalidade jurídica própria, reger-se-á pelo presente Estatuto. Art. 2°. A Associação terá por finalidade primordial promover o desenvolvimento da comunidade rural, por meios diretos e indiretos, por intermédio de órgãos particulares ou governamentais. Art. 4°. A Associação terá por sede e foro a região rural da Colônia Agrícola Lamarão-DF. Art. 5°. A Associação será constituida Assembléia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal. Art. 14. A Associação terá a seguinte composição: Presidente, Vice-Presidente, 1° e 2° Secretários, 1° e 2° Tesoureiros. Art. 21. A Associação terá um Conselho Fiscal com encargos de fiscalizar a sua programação e gestão financeira. Art. 24. O Patrimônio da Associação será constituído de: Contribuição dos sócios, subvenções e auxílios, doações e legados, bens e valores adquiridos, rendas eventuais. Art. 25. A Associação somente poderá ser dissolvida: em de corrência de ato legal do poder competente ou por decisão de 2/3 de seus associados manifestada em Assembléia Geral convocada para tal fim. Parágrafo unico. Em caso de dissolução, o patrimônio da Associação reverterá para outra Associação com fins idênticos segundo proposição em Assembléia Geral. Art. 27. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Associação. Art. 28. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Asembléia Geral Extraordinária. Carlos Vitor Silva.

(DAR — Cz$ 6.204,00)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VÃO DOS ANGICOS

EXTRATO DO ESTATUTO

Art. 1° A "Associação Comunitária Vão dos Angicos", entidade civil, sem caráter lucrativo e com personalidade jurídica própria, reger-se-á pelo presente Estatuto. Art. 2°. A Associação terá por finalidade primordial promover o desenvolvimento da comunidade rural, por meios diretos e indiretos, por intermédio de órgãos particulares ou governamentais. Art. 4° A Associação terá por sede e foro a região rural Vão dos Angicos-DF. Art. 5° A Associação será constituída por um número ilimitado de sócios: Fundadores, Admitidos e Beneméritos. Art. 11 São órgãos da Associação: a Assembléia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal. Art . 14 A Associação terá a seguinte composição: Presidente, Vice-Presidente, 1° e 2° Secretários, 1° e 2° Tesoureiros. Art. 21 A Associação terá um Conselho Fiscal com encargos de fiscalizar a sua programação e gestão financeira. Art. 24 O Patrimônio da Associação será constituído de: Contribuição dos sócios, subvenções e auxílios, doações e legados, bens e valores adquiridos, rendas eventuais. Art. 25 A Associação somente poderá ser dissolvida: em decorrência de ato legal do poder competente ou por decisão de 2/3 de seus associados manifestada em Assembléia Geral convocada para tal fim. Parágrafo único. Em caso de dissolução, o patrimônio da Associação reverterá para outra Associação com fins idênticos segundo proposição em Assembléia Geral. Art. 27 Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Associação. Art. 28 Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Assembléia Geral Extraordinária. Roberto José de Alcântara.

(DAR Cz$ 5.922,00)

LICITAÇÃO: Dispensada — Inciso 2.4.1. "d" do Manual de Material e Patrimônio
ASSINATURA: 13.06.88
VIGÊNCIA: 12.06.89
VALOR GLOBAL: Cz$ 1.260.000,00

CONTRATANTE: BANCO DE BRASÍLIA S.A
CONTRATADA: Elevadores SITO Ltda.
CONTRATO: I Termo Aditivo ao Contrato Ag. Rio-87/002
OBJETO: Manutenção e Assistência Técnica para o MONTA-CARGA
ASSINATURA: 30.06.88
VIGÊNCIA: 30.06.89
VALOR GLOBAL: Cz$ 78.000,00

SECRETARIA DO GOVERNO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 20/88
PARTES: COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL — CODEPLAN E CTIS — INFORMÁTICA E SISTEMAS LTDA.
FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação
OBJETO: Constitui objeto deste Contrato a prestação pela CTIS de serviço de treinamento básico, a servidores da CODEPLAN, de modo a habilitá-los a operarem com eficiência e eficácia os "software" COMS TOTAL e LINC II.
DATA DE ASSINATURA: 27 de junho de 1988
VIGÊNCIA: 11 (onze) semanas a partir da assinatura
VALOR: Cz$ 6.799.132,03
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ATIVIDADE: 6025. Produção Rotineira de Serviços de Processamento de Dados; ELEMENTO: 3.1.3.2. Outros Serviços e Encargos; SUBELEMENTO: 3.132.29. Seleção e Treinamento de Pessoal.
NOTA DE EMPENHO Nº: 0634/88
DATA: 24.05.88

SANDRA MARIA M. FERREIRA MELO
Chefe da Assessoria Jurídica

SECRETARIA DO GOVERNO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 021/88
PARTES: COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL — CODEPLAN E UNISYS — ELETRÔNICA LTDA
FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato a realização, pela contratada, de treinamento básico nos "softwares" ALGOL, SDF e ERGO para 12 (doze) técnicos da CODEPLAN.
DATA DE ASSINATURA: 27 de junho de 1988
VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses a partir da assinatura
VALOR: Cz$ 1.064.622,15
CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ATIVIDADE 6025 — Produção Rotineira de Serviços de Processamento de Dados; ELEMENTO: 3.1.3.2. Outros Serviços e Encargos; SUBELEMENTO: 3.132.29 - Seleção e Treinamento de Pessoal.
NOTA DE EMPENHO Nº: 0636/88
DATA: 24.05.88

CODEPLAN

SANDRA MARIA M. FERREIRA MELO
Chefe da Assessoria Jurídica

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS — NOVACAP

QUINTO TERMO ADITIVO COM O OBJETIVO DE PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA, DO CONVÊNIO Nº 002/87, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO MUSEU DO ÍNDIO, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO.

A FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, neste ato representada pelo seu Presidente, D'ALEMBERT JORGE JACCOUD e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, MARCOS DECAT FRANÇA, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social e de acordo com a autorização dada pela Diretoria da NOVACAP em sua 2295ª Sessão, realizada em 21 de junho de 1988, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Por este Termo, fica aditado, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência, do Convênio nº 002/87, celebrado entre a FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, objetivando a execução dos serviços de construção do MUSEU DO ÍNDIO, em Brasília, Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA

O prazo estabelecido para o Convênio ora aditado, fica por este Termo prorrogado até 10 de setembro de 1988.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Convênio Principal, firmado em 30 de junho de 1987.

CLÁUSULA QUARTA

As despesas com a publicação da matéria no Diário Oficial do Distrito Federal, correrão às expensas da NOVACAP.

CLÁUSULA QUINTA

Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida relativa ao cumprimento do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam com as testemunhas a seguir nomeadas, este Termo que depois de lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias datilografadas de igual teor e forma, por um único efeito legal.

Brasília-DF, 05 de julho de 1988

PELA FUNDAÇÃO: D'ALEMBERT JORGE JACCOUD
PELA NOVACAP: LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE; MARCOS DECAT FRANÇA
TESTEMUNHAS: ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES; MARIA INÊZ DOS SANTOS PINTO

EXTRATO DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS INQUILINOS DO BLOCO "C" DA SCRLN — 209

1. DENOMINAÇÃO: Associação dos Inquilinos do Bloco "C" da SCRLN — 209".

2. SEDE PROVISÓRIA: SCRLN-209, bloco "C" - aptº 201/Brasília/DF.

3. FORO: Brasília/DF.

4. TEMPO DE DURAÇÃO: Indeterminado.

5. FINALIDADE: Administrar o prédio do bloco "C", da SCRLN 209, na "semelhança de condomínio", com poderes outorgados pelo (s) proprietário (s) e reivindicação dos direitos dos Inquilinos.

6. Sociedade Civil sem fins lucrativos.

7. OBJETIVOS SOCIAIS: Administração do prédio supracitado, arrecadação de taxas para cobrir despesas gerais e de administração e reivindicar direitos dos inquilinos.

8. MODO DE ADMINISTRAÇÃO: uma diretoria composta por: um Presidente, um Secretário Geral; um Tesoureiro; um Vice-Tesoureiro e a Assembléia Geral, este último, órgão máximo, deliberativo.

9. REPRESENTANTE ATIVO, PASSIVO E EM JUÍZO: O Presidente da Associação.

10. Os Membros da Diretoria não respondem subsidiariamente pelas obrigações.

11. PATRIMÔNIO: Taxas cobradas dos inquilino (Direitos e obrigações).

12. DISSOLUÇÃO: pela Assembléia Geral ou na forma da lei.

13. PATRIMÔNIO NA DISSOLUÇÃO: será distribuído equitativamente entre os inquilinos atuais do bloco.

14. REFORMULAÇÃO DO ESTATUTO: quando convier à Assembléia Geral, pelo menos, com 1/3 (um terço) dos inquilinos.

Brasília (DF), 21 de junho de 1988

CARLOS RUBENS ALVES DE ARAÚJO
Presidente
(DAR — Cz$ 9.024,00)

EXTRATO DA ATA CENTRO CABOCLO VIRA MUNDO

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA DO CENTRO ESPÍRITA CABOCLO VIRA MUNDO REALIZADA EM 10 DE JUNHO DE 1988.
EMPOSSADOS: LUCIA MOURA DA SILVA — Presidente; — MARLON CARVALHO PORTUGAL — Secretário.

Mudança de Sede: QNN 26 — Conjunto "C" - Casa 40

Ceilândia Norte — BSB/DF
(DAR — Cz$ 2.256,00)

SERPRO
SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

EXTRATO (S) AF (S): 0622/88
REFERENTE (S) A TOMADA DE PREÇOS Nº 038/88
ESPÉCIE: Contrato que entre si fazem o Serviço Federal de Processamento de Dados — SERPRO, e a (s) firma (s) abaixo relacionada (s):

1. FIRMA: FORMULÁRIOS CONTÍNUOS CONTINAC S/A
AF: 0622/88
OBJETO: Fornecimento de 40.000 talões de Notificação Auto Infração — DNER
ATO LICITATÓRIO: Tomada de Preços nº 038/88
VALOR DA AF: Cz$ 6.280.000,00 (seis milhões, duzentos e oitenta mil cruzados)
PRAZO DE ENTREGA: 28.07.88
DATA DA ASSINATURA: 28.06.88
ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA: X5110101 — Despesas com materiais de Produção.

COMISSÃO PARA LICITAÇÃO DE MATERIAIS

LUIZ CARLOS ALBERTO DE ARAÚJO SILVA
Chefe — SECOP/DISUP

**SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA URBANIZADORA
DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
NOVACAP**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 037/88-CPL, PARA EXECUÇÃO TOTAL SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇOS UNITÁRIOS, DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIOS FIOS E ÁGUAS PLUVIAIS NA QNM 05, 07 E 09, NA CEILÂNDIA, DISTRITO FEDERAL, NO VALOR DE APROXIMADAMENTE Cz$ 191.685.394,83 (CENTO E NOVENTA E UM MILHÕES, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO MIL, TREZENTOS E NOVENTA E QUATRO CRUZADOS E OITENTA E TRÊS CENTAVOS), COM RECURSOS PROVENIENTES DO CONVÊNIO Nº 034/88 — OBRAS DA ÁREA DO PROJETO "PRODURB" NA CEILÂNDIA — DISTRITO FEDERAL.

Comunicamos às empresas inscritas no Registro Cadastral da NOVACAP, Grupo 3 — Subgrupo 3.2 — PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA — Categoria "A" ou "B", que a licitação em epígrafe será realizada às 15:00 horas do dia 26 de julho de 1988, na sala de licitações da CPL, localizada no 1º andar do Bloco "A" do Conjunto-sede da NOVACAP, situado no Setor de Áreas Públicas — Lote "B".

O custo do Edital é de Cz$ 48.853,00 (quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e três cruzados), e as interessadas poderão lê-lo, obtê-lo e colher todas as informações necessárias, no endereço supra, até às 16:00 horas do dia 21 de julho de 1988.

Brasília-DF, 08 de julho de 1988

SEBASTIÃO DE CASTRO BICHUETTE
Presidente da CPL

**SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS
COMPANHIA URBANIZADORA
DA NOVA CAPITAL
DO BRASIL — NOVACAP
COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO**

AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 038/88-CPL, PARA INSTALAÇÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL PELO PRAZO DE 10 (DEZ) MESES DE UMA USINA DE CONCRETO PREMOLDADO NO TERRITÓRIO FEDERAL DE FERNANDO DE NORONHA; NO VALOR DE APROXIMADAMENTE CZ$ 200.000.000,00 (DUZENTOS MILHÕES DE CRUZADOS), COM RECURSOS PRÓPRIOS DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP.

Comunicamos às empresas inscritas no Registro Cadastral da NOVACAP, Grupo 3 — Subgrupo 3.7 — ÁGUAS PLUVIAIS — Categorias "A", "B", "C" ou "D", que a licitação em epígrafe será realizada às 9:00 horas do dia 26 de julho de 1988, na sala de licitações da CPL, localizada no 1º andar do Bloco "A" do Conjunto Sede da NOVACAP, situado no Setor de Áreas Públicas — Lote "B".

O custo do Edital é de Cz$ 48.853,00 (quarenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e três cruzados), e as interessadas poderão lê-lo, obtê-lo e colher todas as informações necessárias, no endereço supra, até às 16:00 horas do dia 22 de julho de 1988.

Brasília-DF, 11 de julho de 1988

SEBASTIÃO DE CASTRO BICHUETTE
Presidente da CPL

**SECRETARIA DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

**ACADEMIA DE POLÍCIA
CIVIL — APC**

**CONCURSO PÚBLICO E
INTERNO PARA
DELEGADO DE POLÍCIA**

EDITAL Nº: 003/88-APC

O DIRETOR DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL — APC, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe o Edital nº 001 86-APC, publicado no DODF nº 161, de 25.05.86 e republicado no DODF nº 164, de 28.08.86, e observando o constante do Aditamento ao Edital nº 001 87-APC, publicado no DODF nº 028, de 09.02.87, torna público o seguinte:

1. Ficam excluídos da Listagem de Resultado Final constante ao Edital nº 002 87-APC DF — Candidatos Concorrentes a Progressão Funcional, publicado no DODF nº 089, de 15.05.87, os candidatos ADEMAR BARREIRA E REIS — Inscrição nº 053 e JOSÉ MILTON CARVALHO DO NASCIMENTO — Inscrição nº 083, em virtude de Decisão Judicial da 2ª Vara da Fazenda Pública do DF, denegando a Segurança e Cassando os efeitos da liminar anteriormente concedida nos Autos do Mandado de Segurança nº 4.917/87-2ª VFPDF, conforme Ofício nº 196/88-2ª VFPDF.

2. Ficam alteradas a partir do 25º (vigésimo quinto), lugar, subsequentemente, as demais classificações.

3. Ficam mantidas as demais disposições constante do Edital nº 002 87-APC, publicado no DODF nº 089, de 15.05.87, que não foram expressamente alteradas por este Edital.

Brasília, 08 de julho de 1988

JOSÉ RAIMUNDO PERDIGÃO RODRIGUES DA CUNHA

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

AVISO

EDITAL Nº 053/88-CL/PMDF — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS. CLASSES: 0101, 0106, 0107, 0108, 0109, 0110, 0111, 0115.

Data: 26.07.88 — Horário: 09:00 horas
Local: DAL — SAI/SO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima mencionado, reunir-se-á a referida Comissão, a fim de receber documentos de habilitação e propostas para aquisição do material, objeto desta licitação, destinado à Polícia Militar do Distrito Federal.

Os interessados em adquirir cópia do Edital, serão atendidos pela Diretoria de Apoio Logístico da PMDF, localizada no SAI/SO — Anexo I do QCG — 1º andar — Sala 42, no horário de 10:00 às 11:30 e das 14:10 às 16:00 horas, nas segundas, terças, quartas e quintas-feiras, e nas quintas-feiras, no primeiro horário citado.

Valor do Edital: Cz$ 800,00.

Brasília-DF, 08 de julho de 1988

PAULO SOUZA DA SILVA — Cel QOPM
Presidente da Comissão de Licitação

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

AVISO

EDITAL Nº 054/88-CL/PMDF - TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LEITE E SEUS DERIVADOS.
CLASSE: 0111
DATA: 26.07.88 — HORÁRIO: 10:30 HORAS
LOCAL: DAL - SAI/SO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR D DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima mencionados, reunir-se-á a referida Comissão, a fim de receber documentos de habilitação e propostas para aquisição do material, objeto desta licitação, destinado à Polícia Militar do Distrito Federal.

Os interessados em adquirir cópia do Edital, serão atendidos pela Diretoria de Apoio Logístico da PMDF, localizada no SAI/SO - Anexo I do QCG - 1º Andar - Sala 42, no horário de 10:00 às 11:30 e das 14:10 às 16:00 horas, nas segundas, terças, quartas e sextas-feira, e nas quintas-feira, no primeiro horário citado.

Valor do Edital: Cz$ 800,00.

Brasília-DF, 08 de julho de 1988

PAULO SOUZA DA SILVA - Cel QOPM

**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

AVISO

EDITAL Nº 055/88-CL/PMDF — TOMADA DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PÃO.
CLASSE: 0114
DATA: 26.07.88 — HORÁRIO: 11:00 HORAS
LOCAL: DAL — SAI/SO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima mencionados, reunir-se-á a referida Comissão, a fim de receber documentos de habilitação e propostas para aquisição do material, objeto desta licitação, destinado à Polícia Militar do Distrito Federal.

Os interessados em adquirir cópia do Edital, serão atendidos pela Diretoria de Apoio Logístico da PMDF, localizada no SAI/SO — Anexo I do QCG — 1º andar — Sala 42, no horário de 10:00 às 11:30 e das 14:10 às 16:00 horas, nas segundas, terças, quartas e sextas-feiras, e nas quintas-feiras, no primeiro horário citado.

Valor do Edital: Cz$ 800,00

Brasília-DF, 08 de julho de 1988

PAULO SOUZA DA SILVA — Cel QOPM

**SECRETARIA DE
SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO
DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE
APOIO LOGÍSTICO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

AVISO

EDITAL Nº 056/88-CL/PMDF — TOMADA DE PREÇOS PARA

AQUISIÇÃO DE CARNE.
CLASSE: 0108

DATA: 26.07.88
HORÁRIO: 11:30
LOCAL: DAL — SAI/SO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, torna público para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local acima mencionados, reunir-se-á a referida Comissão, a fim de receber documentos de habilitação e propostas para aquisição do material, objeto desta licitação, destinado à Polícia Militar do Distrito Federal.

Os interessados em adquirir cópia do Edital, serão atendidos pela Diretoria de Apoio Logístico da PMDF, localizada no SAI/SO — Anexo I do QCG — 1° Andar — Sala 42, no horário de 10:00 às 11:30 e das 14:10 às 16:00 horas, nas segundas, terças, quartas e sextas-feiras, e nas quintas-feiras, no primeiro horário citado.

Valor do Edital: Cz$: 800,00

Brasília-DF., 08 de julho de 1988

PAULO SOUZA
DA SILVA
Cel. QOPM
Presidente da
Comissão de Licitação

IAPAS/INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO

A DIRETORIA REGIONAL DE SERVIÇOS GERAIS DO IAPAS — DF., comunica que nos dias 01 de agosto de 1988 e 02 de agosto de 1988, na sede da Superintendência Regional do IAPAS, no Distrito Federal, SAS — Quadra 02 — Bloco "O" — 6° andar — Sala 603, será realizada respectivamente, às 15:00 horas, HABILITAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS, referentes à TOMADA DE PREÇOS N° 002/88, para contratação de serviços especializados de vigilância desarmada, para os Blocos "O" e "P" da Quadra 02, do SAS.

O Edital completo da referida TOMADA DE PREÇOS, encontra-se à disposição dos interessados no Serviço de Material, no endereço acima citado, Sala 618, e será entregue no horário das 12:00 às 18:00 horas, **mediante aposição de carimbo.**

Brasília-DF., 07 de julho de 1988

(DAR — Cz$ 4.512,00)

DECLARAÇÃO

Asnor Oliveira Amarante, vem através da presente publicação, declarar que obteve pela licença prévia n° 009/88, Processo n° 030.003.225/88, da Coordenação do Meio Ambiente Ciência e Tecnologia-Coama, liberação preliminar de Projeto para Construção de um Matadouro e Abatedouro, em sua propriedade Fazenda Recanto, parte da Fazenda Saltador, Cachoeira ou Dois Irmãos, no DF.

Brasília-DF. 08 de Julho de 1988.
(DAR-Cz$ 2.538,00)

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
DIRETORIA REGIONAL DE BRASÍLIA
CONCORRÊNCIA 003/88-CPLS/DR/BSB

A ECT, através de sua Diretoria Regional de Brasília, fará realizar a Concorrência acima indicada, para Contratação de Transporte de Carga Postal nas linhas indicadas a seguir, com a exigência dos respectivos capitais sociais integralizados: LCE-M-003, Cz$ 552.598,79; LCE-M-004, Cz$ 493.261,33; LCE-M-005, Cz$ 603.197,23; LCE-M-007, Cz$ 743.897,87: LCE-M-011, Cz$ 814.819,67: LCE-M-013, Cz$ 398.093,65; LCE-M-057, Cz$ 438.980,34; LCE-M-038, Cz$ 458.722,29; LCE-M-056, Cz$ 805.029,18; LCE-P-016, Cz$ 584.583,73; LCE-P-027, Cz$ 349.788,48; LCE-P-031, Cz$ 412.952,98: LCE-P-032, Cz$ 401.367,64; LCE-P-034, Cz$ 401.069,57; LCE-P-036, Cz$ 487.425,86; LCE-P-037, Cz$ 416.019,26; LCE-P-039, Cz$ 399.850,25; LCE-P-042, Cz$ 485.302,06; LCE-P-052, Cz$ 278.740,96; LCE-S-020, Cz$ 226.562,51; LCE-S-021, Cz$ 229.512,56; LCE-S-022, Cz$ 280.765,64. A licitação será realizada pela Comissão Permanente de Licitação de Serviços, às 09:00 horas do dia 11.08.88, na Seção de Contratação e Controle de Serviços, situada no SCS — Q. 04 Lotes 26/27, Edifício Nordeste 5° andar — Brasília-DF, fone: 225.6668 e 217.2556, onde os interessados poderão obter o Edital, bem como outras informações. Agostinho Rodrigues Galvão — Presidente da CPLS/DR/BSB.
(Dias 11, 12 e 13)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
TOMADA DE PREÇOS N° 17/88

OBJETO: Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva das instalações do sistema de ar condicionado do Anexo II.

O Edital com as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Ministério das Relações Exteriores na Divisão de Serviços Gerais, sala 609, Anexo Administrativo I, das 09:00 às 13:00 horas de segunda a sexta-feira.

DATA DA ABERTURA: dia 27 07 do corrente ano às 10 horas.

Brasília-DF., 08 de julho de 1988

SÉRGIO MAURÍCIO DA COSTA PALAZZO
Presidente da CPL

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
S/A — TELEBRASÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO
SELEÇÃO RESTRITA N° 055/88-320.0

SR: 055/88-320.0
OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE CARGAS (FRETES & CARRETOS)
DATA DE ABERTURA: 22.07.88
HORA: 15:00

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no local da Licitação no SIA/SUL– Área de Serviços Públicos, Conjunto "D" — Brasília-DF, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas — Fone: (061) 105-2618/2249. Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas do Sistema Telebrás, complementado pelo Manual de Licitação, Contratação e Alienação da Telebrasília.

Brasília-DF, 05 de julho de 1988

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
(DAR - Cz$ 11.827,62)
(Dias 08, 11 e 12.07)

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A — TELEBRASÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO
SELEÇÕES RESTRITAS
N°s 056/057/88-320-0

SR: 056/88-320.0
OBJETO: ALICATE AMP PICABOND- CABEÇOTE VERDE.
DATA DE ABERTURA: 25.07.88
HORA: 15:00
SR: 057/88-320.0
OBJETO:
INSTRUMENTOS DE PRECISÃO
DATA DE ABERTURA: 26.07.88
HORA 15:00

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no local da Licitação no SIA/SUL — Área de Serviços Públicos, Conjunto "D" — Brasília-DF, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas — Fone: (061) 105-2618, e 105-2249. Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas do Sistema Telebrás, complementado pelo Manual de Licitação, Contratação e Alienação da Telebrasília.

Brasília-DF, 06 de julho de 1988

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
(DAR - Cz$ 11.827,62)
(Dias 11, 12 e 13.07)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS N° 20/88
AVISO

OBJETO: — Fornecimento de xarope, diversos sabores
DIA — 22 (vinte e dois) de julho de 1988, às 09:00 horas

EDITAL — Acha-se afixado na Divisão de Licitação e Compras do Departamento de Administração da Diretoria Administrativa da Presidência da República, localizada no Bloco 3, 2° andar, do Anexo ao Palácio do Planalto, nesta Capital, onde serão fornecidas cópias aos interessados.

Brasília (DF), 05 de julho de 1988

JORGE RODRIGUES DA COSTA
Presidente/Comissão
(Dias 08, 11 e 12)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA REFORMA E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO — MIRAD
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

AVISO
CONCORRÊNCIA N° 02/88

A Comissão Especial de Licitação do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário — MIRAD, instituída pela Portaria SG/MIRAD N° 103/88, de 02.06.88, torna público que às 9:00 (nove) horas do dia 17 de agosto de 1988, na sala de reunião da Comissão Especial de Licitação, sito à SEPN, W-3/515 Norte, bloco C, lote 3, Edifício MIRAD, térreo, Brasília-DF, receberá os documentos e as propostas para a contratação de empresa, para fornecimento mensal de carnês alimentação e refeição, para aproximadamente 5.500 (cinco mil e quinhentos) servidores do MIRAD, em todas as Capitais dos Estados, Territorios e do Distrito Federal, bem como nos locais dos Projetos de Assentamentos, Colonização e Fundiários.

O Edital contendo as especificações, bem como quaisquer esclarecimentos, poderão ser obtidos na Comissão Especial de Licitação do MIRAD, no endereço acima.

Brasília, 12 de julho de 1988

AURISBELA SERRA DE FLORES

Presidente da Comissão
Especial de Licitação

(Dias 11, 12 e 13)